



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RHAFAELA CASTELO BRANCO CIRILO CARVALHO

**IMPACTOS DA FIBROMIALGIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

JOÃO PESSOA

2025

RHAFELA CASTELO BRANCO CIRILO CARVALHO

IMPACTOS DA FIBROMIALGIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES
DO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof. Dra. Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins e coorientação da Prof. Dra. Marinês Andrea Kunz.

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C331i Carvalho, Rhafaela Castelo Branco Cirilo.
Impactos da fibromialgia no desempenho acadêmico de
estudantes do ensino superior / Rhafaela Castelo Branco
Cirilo Carvalho. - João Pessoa, 2025.
54 f. : il.

Orientação: Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins.
Coorientação: Marinês Andrea Kunz.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Fibromialgia. 2. Desempenho acadêmico. 3. Ensino
superior. I. Martins, Lisiê Marlene da Silveira Melo.
II. Kunz, Marinês Andrea. III. Título.

UFPB/CE

CDU 37(043.2)

RHAFaela CASTELO BRANCO CIRILO CARVALHO

**IMPACTOS DA FIBROMIALGIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

LISIE MARLENE DA SILVEIRA MELO MARTINS

Data: 16/05/2025 13:11:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins – DHP – CE – UFPB

(Orientadora)



Documento assinado digitalmente

MARINES ANDREA KUNZ

Data: 16/05/2025 17:28:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Marinês Andrea Kunz – DME – CE- UFPB

(Co-orientadora)

Profª. Dra. Izaura Maria de Andrade Silva – DHP – CE – UFPB

Profª. Dra. Maria Natália Santos Calheiros – DTOC – CCS – UFPB

João Pessoa, 29 de abril de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos orixás, que me guiam com o sopro do vento e a força do mar, que me sustentam mesmo quando a dor me dobra e me faz duvidar do amanhã. A eles, que sussurram em meu ouvido nos dias mais sombrios: *“levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”*.

À professora Lisiê Martins, que aceitou essa bomba-relógio já nos minutos finais, sem me conhecer, e que, ainda assim, me acolheu com carinho e respeito. Se há algo que a Fibromialgia nos ensina é o peso do tempo – às vezes, ele se arrasta e nos dilacera, outras vezes foge das mãos. Sei que o tempo também lhe cobrou seu preço, mas em nenhum momento me faltou paciência e compreensão. Por isso, não há palavra, bem ou gesto que possa expressar minha gratidão.

À professora Marinês Kunz, minha orientadora de pesquisa por dois anos, mas, mais do que isso, minha mãe acadêmica, que me mostrou que a arte e a educação que acreditamos transformam pessoas. Você me fez lembrar que, como disse nossa indicada ao Oscar, Fernanda Torres, *“a vida presta”*. Nas conversas, nos incentivos e na crença em meu potencial – mesmo quando eu mesma duvidava –, encontrei um porto seguro.

Às professoras que aceitaram compor a banca: Dra. Izaura Maria de Andrade e Silva e Dra. Maria Natália Santos Calheiros, por acreditarem não apenas neste trabalho, mas na construção de uma educação inclusiva e humanizada.

À coordenação do curso de Pedagogia, que me deu suporte quando tudo parecia nebuloso e me ajudou a traçar um caminho possível. Em especial, a professora Nádia Jane, que sempre acreditou na minha escrita e no meu profissionalismo, e se fez presente, paciente e solícita diante de cada dúvida que permeou este trabalho.

Aos docentes que marcaram minha trajetória acadêmica, aqueles que, com gestos e palavras, foram faróis em meio à tempestade:

Edson Guedes, o primeiro a enxergar meu potencial e a fazer do ensino superior um lugar de acolhimento;

Elzanir dos Santos, que me mostrou que o acadêmico e o pessoal não são faces opostas, mas devem caminhar juntas, pois minha trajetória carrega um valor inegociável;

Carlos Augusto, cuja pedagogia pode ser incompreendida por muitos, mas é necessária para aqueles que têm olhos atentos ao que realmente importa. Foi você que me lembrou da minha escrita poética, que me deu liberdade para produzir à minha maneira. Também dividimos uma condição invisível – entre brincadeiras sobre medicações e dores

compartilhadas, o lugar que você ocupa me fez enxergá-lo como um exemplo de resistência, provando que podemos, sim, conquistar e permanecer onde queremos;

Aluska Martins, a primeira a acreditar neste projeto e a me dar forças para torná-lo real.

À minha família, que há treze anos testemunha essa batalha. Foram vocês que enxugaram as lágrimas, seguraram minhas mãos e gritaram por mim quando minha voz fraquejou. Viram os primeiros sintomas, os primeiros sustos, os primeiros desesperos. E seguem lutando comigo, buscando um “normal” possível, ainda que saibamos que o normal nunca existiu para nós. Vocês são minha rede de apoio inabalável.

Aos meus amigos, que me sustentaram quando continuar parecia impossível, em especial a:

Laura Alencar, minha irmã de outra mãe, que mesmo distante se faz presente e que me ensina todos os dias o que é amor fraterno;

Anadara Vidal, que caminhou comigo por tantos anos, presenciou surtos, choros e desabafos intermináveis, e, mesmo assim, nunca deixou de ser abrigo;

Jeferson Rosskopf, um encontro de almas que a universidade me deu e que guardarei para sempre. Sua admiração, suporte e crença em meu potencial iluminaram meus passos em meio ao caos;

Às minhas companheiras de batalha universitária, unidas pelos trabalhos em grupo e que, desde então, nunca mais se separaram: Beatriz Lima, Géssica Chaves, Juliane de Paula, Marta Regina, Rebeca Melo e Yasmim Vitorino. A força e o empoderamento de vocês foram escudos e espelhos para mim;

Ao meu médico, Dr. Valmir Carvalho, que descobriu um tratamento que tornou os dias menos impossíveis. Seu olhar atento e sua escuta cuidadosa me fizeram sentir, pela primeira vez em anos, que eu era mais do que um número em um prontuário e que havia esperança para qualidade de vida.

A Clínica Viver Fisio, em especial as profissionais Carol Santos e Tatiany Fernandes, que representam um verdadeiro símbolo de cuidado e empatia. Da mesma forma, a Clínica L'amê, com as dedicadas Fabiana Firmino e Taynar Amorim, que tiveram papel fundamental na conclusão deste trabalho, pois, as longas horas diante do computador resultaram em dores intensas, e graças à competência e sensibilidade dessas terapeutas, eu pude seguir adiante.

Ao grupo de acolhimento de pessoas com Fibromialgia, que compartilha experiências, estende as mãos e nos lembra de que não estamos sozinhos. Que entende que há dias em que a luz parece nos abandonar, mas que também sabe que resistir é, por si só, um ato de coragem.

E por fim, que esta pesquisa, que esta jornada, que esta luta sirva para que as próximas gerações não precisem passar pelo mesmo por que passamos. Que nossos gritos ecoem até que a dor invisível seja vista, até que a empatia não precise mais ser mendigada, até que um diagnóstico não seja o fim, mas um recomeço possível.

“Pegue o limão mais azedo que a vida tem a oferecer e o transforme em algo parecido com limonada” – This Is Us, 2016.

RESUMO

Este estudo aborda a Fibromialgia, uma síndrome caracterizada por dor crônica difusa e sensibilidade aumentada no sistema musculoesquelético que impacta significativamente o rendimento acadêmico dos indivíduos afetados. Os sintomas, que incluem distúrbios do sono, fadiga persistente, dores de cabeça, entre outros, prejudicam a concentração e a capacidade de realizar as atividades do cotidiano. A dor crônica e os sintomas debilitantes também podem levar a transtornos de ansiedade e depressão, afetando o bem-estar emocional e mental. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pretende analisar os principais desafios enfrentados por estudantes do ensino superior diagnosticados com Fibromialgia a partir da indagação central “de que maneira a fibromialgia influencia o desempenho dos estudantes no ensino superior?”. Para alcançar esse objetivo, buscou-se: identificar os sintomas mais característicos da condição; identificar seus impactos no desempenho acadêmico e compreender as barreiras enfrentadas no cotidiano universitário. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza exploratória com abordagem qualitativa e procedimento de campo, realizada por meio de formulário eletrônico com perguntas abertas e fechadas, aplicado a estudantes universitários diagnosticados com a síndrome. Os relatos pessoais coletados foram analisados à luz de referenciais teóricos e legais, permitindo uma compreensão sensível e contextualizada das experiências vividas. Complementarmente, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental, a fim de mapear a produção acadêmica existente sobre o tema e analisar legislações, políticas institucionais e diretrizes de inclusão. A pesquisa oportunizou uma análise fundamentada sobre os efeitos multifacetados que essa síndrome exerce sobre a vida acadêmica dos estudantes, evidenciando o quanto ainda precisamos avançar, enquanto instituição, no reconhecimento da síndrome como condição que demanda a equiparação às pessoas com deficiência, estabelecida na Lei Ordinária nº 13.265/2024 do Estado da Paraíba. Somente assim será possível garantir o acolhimento adequado e a implementação de medidas efetivas para a inclusão no ensino superior.

Palavras-chave: Fibromialgia; Desempenho Acadêmico; Ensino Superior; Estudantes Universitários.

ABSTRACT

This study addresses Fibromyalgia, a syndrome characterized by widespread chronic pain and increased sensitivity in the musculoskeletal system, which significantly impacts the academic performance of affected individuals. Symptoms such as sleep disturbances, persistent fatigue, headaches, among others, impair concentration and the ability to perform daily activities. Chronic pain and debilitating symptoms can also lead to anxiety and depression, compromising emotional and mental well-being. This undergraduate thesis aims to analyze the main challenges faced by higher education students diagnosed with Fibromyalgia, based on the central question: “In what ways does Fibromyalgia influence students' academic performance in higher education?”. To achieve this, the research was designed as an exploratory study with a qualitative approach and field procedures, conducted through an electronic form containing both open and closed questions, directed at university students diagnosed with the syndrome. The personal accounts collected were analyzed in light of theoretical and legal frameworks, allowing for a sensitive and contextualized understanding of their experiences. Additionally, a bibliographic and documentary review was carried out to map existing academic literature on the topic and to examine legislation, institutional policies, and inclusion guidelines. The study provided a grounded analysis of the multifaceted effects this syndrome has on students' academic lives, highlighting how much progress is still needed, at the institutional level, in recognizing Fibromyalgia as a condition requiring equal treatment as a disability, as established by State Law No. 13.265/2024 of Paraíba. Only through such recognition will it be possible to ensure adequate support and implement effective measures for inclusion in higher education.

Keywords: Fibromyalgia; Academic Performance; Higher Education; University Students.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CID – Classificação Internacional de Doenças

CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUNI – Conselho Universitário

GT – Grupo de Trabalho

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCD – Pessoa com Deficiência

PRG – Pró-Reitoria de Graduação

SBR – Sociedade Brasileira de Reumatologia

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A EXPERIÊNCIA DE VIVER COM FIBROMIALGIA	14
3. COMPREENDENDO A FIBROMIALGIA NO ENSINO SUPERIOR: IMPACTOS ACADÊMICOS E APORTES LEGAIS	16
3.1 DOENÇA OU DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE UM DEBATE NECESSÁRIO	18
3.2 FIBROMIALGIA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS ESTRUTURAIS E INVISIBILIDADE	20
3.3 DIREITOS E LEGISLAÇÃO: O APORTE LEGAL PARA PESSOAS COM FIBROMIALGIA	22
3.4 REGULAMENTO DA GRADUAÇÃO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS: O QUE AS NORMAS DIZEM?	24
4. PERCURSO METODOLÓGICO: A PESQUISA SOBRE FIBROMIALGIA NO ENSINO SUPERIOR	29
4.1 A BATALHA CONTRA A FIBROMIALGIA: DESAFIOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	31
4.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO: PERFIL, GÊNERO E FAIXA ETÁRIA	32
4.3 QUANDO A DOR GANHA NOME	Error! Bookmark not defined.
4.4 SINTOMAS E IMPACTOS NA VIDA ACADÊMICA	38
4.5 RELAÇÕES COM O AMBIENTE ACADÊMICO	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICES	49
FORMULÁRIO “IMPACTOS DA FIBROMIALGIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR”	49
ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

A fibromialgia é uma síndrome crônica caracterizada por dores generalizadas em diversas partes do corpo. Embora seja classificada como uma condição reumatológica, não causa inflamações visíveis. Estudos indicam que seu principal fator está relacionado a um desequilíbrio na forma como o cérebro e o sistema nervoso processam os sinais de dor, fazendo com que ela se manifeste sem causas aparentes (Lorena et al., 2016). Além das dores constantes, é comum que essa síndrome venha acompanhada de fadiga intensa, dificuldades para dormir, rigidez matinal e sintomas emocionais, como ansiedade e depressão.

Diante desse conjunto de sintomas, os desafios vivenciados por pessoas com fibromialgia tornam-se ainda mais complexos. Os dilemas enfrentados abrangem desde a dificuldade no diagnóstico – ainda marcado por obstáculos relacionados à ausência de marcadores laboratoriais específicos, o que leva muitos pacientes a percorrerem longas jornadas até sua confirmação (Santos et al., 2020) – até a escassez de pesquisas que tratem dos impactos dessa condição no contexto acadêmico. Uma busca minuciosa em bases de dados científicos, anais de congressos e simpósios revelou a quase inexistência de produções voltadas à temática educacional, evidenciando a invisibilidade da doença em ambientes de ensino.

Nesse sentido, a relevância deste estudo se justifica justamente pela lacuna existente na literatura, especialmente no que se refere ao ensino superior, no qual a fibromialgia, ainda cercada por estigmas e incompreensões, impõe desafios que extrapolam o campo físico, envolvendo aspectos emocionais, cognitivos e sociais que comprometem a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes acadêmicos que vivem com essa condição, exigindo acolhimento institucional e políticas inclusivas.

Além disso, este estudo se ancora em uma vivência pessoal: diagnosticada com fibromialgia há sete anos, enfrento diariamente os efeitos debilitantes da síndrome. Assim, esta investigação assume também um caráter reflexivo e engajado, buscando não apenas ampliar a compreensão sobre o tema, mas contribuir para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor, inclusivo e sensível às particularidades dos estudantes com fibromialgia.

Diante desse cenário, o presente trabalho pretende, como objetivo geral:

- Investigar de que maneira a fibromialgia interfere na vida acadêmica de estudantes universitários, com ênfase nos principais desafios enfrentados por aqueles que convivem com a síndrome.

- E como objetivos específicos, pretende-se:
 1. Elencar os sintomas mais característicos da condição;
 2. Identificar seus impactos no desempenho acadêmico;
 3. Compreender as barreiras enfrentadas no cotidiano universitário.

Adicionalmente, o trabalho inclui o relato de experiência desta autora, como forma de enriquecer a análise e integrar dimensões subjetivas e reflexivas à investigação. Ao articular esse olhar pessoal com o referencial teórico e os dados empíricos, buscou-se construir uma pesquisa mais significativa, capaz de iluminar caminhos para o acolhimento e o sucesso acadêmico de estudantes com fibromialgia.

A pesquisa foi delineada como um estudo exploratório, com abordagem qualitativa e procedimentos de campo, buscando compreender de forma sensível as experiências de estudantes universitários diagnosticados com fibromialgia. Diante da escassez de investigações sobre o tema, como mencionado anteriormente, optou-se por utilizar relatos pessoais como principal instrumento de coleta de dados, por meio de um formulário eletrônico, a fim de captar os significados atribuídos pelos participantes às suas vivências acadêmicas. Além disso, a pesquisa assume caráter bibliográfico e documental, possibilitando uma análise mais ampla e contextualizada das políticas e diretrizes que envolvem a inclusão de pessoas com fibromialgia no ensino superior.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em quatro capítulos, que se articulam para oferecer uma compreensão ampla e sensível sobre os impactos da fibromialgia no desempenho acadêmico de estudantes do ensino superior. O primeiro capítulo apresenta a introdução, contextualizando o tema, seus objetivos e a relevância da pesquisa; o segundo, situa minha vivência pessoal como parte do processo investigativo. O terceiro capítulo reúne os principais aportes teóricos e legais sobre a fibromialgia, abordando seus efeitos no contexto acadêmico, a invisibilidade da condição e os direitos garantidos por legislações e políticas institucionais. No quarto capítulo, é detalhado o percurso metodológico, com a descrição da abordagem adotada, instrumentos utilizados e perfil das participantes, além da análise dos dados coletados, destacando os relatos das estudantes e as estratégias de enfrentamento no ambiente

universitário. Por fim, as considerações finais reforçam a necessidade de medidas concretas para a inclusão e o acolhimento de pessoas com fibromialgia no ensino superior.

A seguir, convido à reflexão sobre o que é viver com fibromialgia – não apenas como diagnóstico, mas como experiência atravessada por desafios invisíveis e resistências cotidianas. Que esta leitura desperte novos olhares, amplie horizontes e fortaleça o compromisso com práticas acadêmicas que respeitem a diversidade, promovam o acolhimento e reafirmem a dignidade de todos os sujeitos que constroem e habitam o espaço universitário.

2. A EXPERIÊNCIA DE VIVER COM FIBROMIALGIA

Imagine.

*Imagine que você está gripado,
mas, além disso, está com insolação,
você caiu de uma escada,
você não dorme por trinta e seis horas,
seu cérebro parece estar embalado em algodão,
você esquece sequências simples,
como colocar pasta de dente na escova antes de
escovar os dentes,
mas seu trabalho exige que você seja coerente, funcional,
inteligente
Agora imagine
que ninguém vê nada disso.*

(Brown, 2020, p.1)

Início este relato com um riso amargo, banhado de ironia, ao dizer que estas palavras foram escritas em um leito de hospital. Mais uma crise me alcança, sorrateira, instalando-se em cada fibra do meu corpo antes que eu pudesse sequer perceber sua chegada. Quando enfim compreendi do que se tratava, já era tarde: a base da minha coluna disparava choques, enquanto minhas costas pareciam prestes a desabrochar asas — não de plumas, mas de ferro, cujo peso me esmaga o peito e suprime minha respiração.

Meus joelhos, habitados por uma sensação de inchaço, são como planetas disputando a mesma órbita, em colisão silenciosa. No entanto, quando desço o olhar para eles, não há sinal de vermelhidão, de hematoma ou qualquer evidência que

justifique tamanha dor. Meus pés, em pulsação constante, carregam o fardo da punição outrora imposta ao titã Atlas, e a cada latejar, sinto como se todo o peso do mundo recaísse sobre mim.

Respiro. Inspiro. Resisto.

Resisto à tentação de mais uma pílula analgésica, na esperança de que, ao amanhecer, eu ainda possa reivindicar algum domínio sobre meu corpo e minha mente. Mas desconfio que o sono não virá; a dor não deixa espaço para o descanso. Minha mente, inquieta, é tomada por um redemoinho de pensamentos. Meu coração lida, mais uma vez, com a frustração de ver minha rotina esfacelada. O estágio, os projetos, as produções, os estudos – tudo suspenso, à espera de que eu retome o controle do próprio corpo, que, neste exato momento, cede a um espasmo intenso, resgatando-me dos devaneios apenas para me submergir ainda mais.

Respiro. Penso nos novos exames, nos ajustes dos remédios, na adaptação inevitável. Pergunto-me quanto tempo levará até que tudo volte ao normal – se é que existe um normal para mim. E meus devaneios seguem ainda mais longe. Começo a me preocupar com a quantidade de medicações ingeridas em uma idade tão tenra. A pílula que antes bastava já não é suficiente; agora precisa de reforços, associações, composições químicas que suavizam os sintomas, mas não cessam a dor. Então, o pensamento mais temido me atravessa: *será essa uma vida que vale a pena ser vivida?*

Sei que estas palavras são duras. Debati comigo mesma, até o último instante, se deveriam ser trazidas a este estudo. Pensei na possibilidade de afetar quem as lerá. Hesitei, temendo que me vissem como frágil. Mas entenda: não quero compaixão. Não busco olhares de pena. Quero apenas o direito de uma vida justa, em que a dor não me atormente a cada passo e, onde o simples ato de existir não seja um desafio constante.

Houve momentos em que minha mente vagou até a Suíça, país onde estrangeiros podem solicitar o suicídio assistido. Li e reli os protocolos, pesquisei sobre o processo, permiti-me considerar a ideia. E não, isso não é drama. Porque, nos dias em que a dor me devora por dentro, o que mais me dilacera é o olhar de frustração daqueles que torcem por mim. O amor desmedido que me cerca se converte, para mim, em um fardo invisível – não quero decepcionar aqueles que acreditam que tudo ficará bem.

Ainda assim, percebo a importância de dar voz a essas emoções. Sei que há um mar de pessoas que sentem o mesmo e que, muitas vezes, são silenciadas. Porque o que não se vê, para esta sociedade, não existe. E poucos são capazes de cultivar uma empatia que vá além do que é tangível.

É um paradoxo curioso: há dias em que me culpo pelo excesso de medicação, pelas constantes terapias, mas logo depois me vejo agradecendo por ter acesso a elas. Sei que estou em uma posição de privilégio e que muitos sequer têm a chance de contar com um tratamento adequado ou com uma equipe de cuidados. Isso me dá forças para lutar não apenas por mim, mas por aqueles que não possuem as mesmas condições.

Esta pesquisa é uma contribuição, uma fagulha no meio de tantas outras batalhas. Faço isso porque acredito que contar minha história também é contar a história de muitos – e que, talvez, ao escrever sobre a fibromialgia, eu possa representar, ainda que em parte, a realidade de quem convive com essa síndrome.

3. COMPREENDENDO A FIBROMIALGIA NO ENSINO SUPERIOR: IMPACTOS ACADÊMICOS E APORTES LEGAIS

A fibromialgia é uma síndrome crônica caracterizada por dores generalizadas em diversas partes do corpo. Embora seja classificada como uma condição reumatológica, não causa inflamações visíveis (Lorena et al., 2016). No entanto, sua complexidade vai além da dor física, pois não possui uma etiologia única e definida, sendo considerada uma condição de natureza multifatorial.

Além do impacto musculoesquelético, a fibromialgia está frequentemente associada a um conjunto de sintomas adicionais, como fadiga persistente, distúrbios do sono, dificuldades cognitivas (déficits de concentração e memória), alterações de humor e sintomas psíquicos, como ansiedade e depressão (Marques et al., 2017; Guzmán-Silahua et al., 2018; Macedo et al., 2024). Outra característica importante é sua predominância no sexo feminino, afetando entre 2,4% e 6,8% da população feminina (Marques et al., 2017).

Embora sua causa exata ainda seja desconhecida, a comunidade médica sugere que a fibromialgia pode estar relacionada a uma predisposição genética, sendo desencadeada ou agravada por fatores emocionais, estresse crônico, traumas físicos e psíquicos, além do sedentarismo. Dessa forma, compreende-se que a dor dessa síndrome não se restringe a um fator isolado, mas resulta de uma interação biológica, emocional, genética e ambiental (Guzmán-Silahua et al., 2018). Estudos também indicam que as vítimas dessa doença apresentam uma disfunção na percepção da dor, o que sugere um desequilíbrio na modulação sensorial, tornando-as mais sensíveis a estímulos dolorosos (Macedo et al., 2024).

O diagnóstico da fibromialgia ainda representa um desafio para médicos e pacientes, uma vez que não existem exames laboratoriais ou de imagem capazes de confirmar diretamente a presença da síndrome. O diagnóstico é essencialmente clínico, baseado na avaliação do histórico do paciente, exames físicos detalhados e na exclusão de outras doenças reumatológicas e neurológicas que possam causar sintomas semelhantes.

Esse processo muitas vezes é longo e desgastante, levando os pacientes a passarem por uma jornada exaustiva entre consultas e exames inconclusivos. Além disso, como as análises laboratoriais geralmente não apresentam alterações significativas, muitos pacientes enfrentam descrédito e subestimação de seus sintomas, tanto por profissionais de saúde quanto por familiares e colegas, o que contribui para o sofrimento emocional e a sensação de isolamento.

Mesmo quando é finalmente fechado, o diagnóstico não representa um ponto de alívio imediato, mas sim o início de uma nova batalha: a busca por qualidade de vida. Isso porque a fibromialgia impacta significativamente a rotina pessoal, acadêmica e profissional dos indivíduos diagnosticados (Macedo et al., 2024), trazendo limitações físicas e emocionais que desafiam sua capacidade de adaptação.

A qualidade de vida dos pacientes com fibromialgia é negativamente afetada, não apenas pela dor crônica, mas também pelos fatores psicossociais que frequentemente acompanham a síndrome. Condições como ansiedade, depressão, insônia e isolamento social não apenas intensificam os sintomas, mas também interferem diretamente no desempenho acadêmico, profissional e social dos indivíduos, tornando tarefas diárias mais desafiadoras e desgastantes (Freitas et al., 2017).

Atualmente, não há uma cura definitiva para a fibromialgia, e o tratamento se concentra no alívio dos sintomas e na melhoria da qualidade de vida. A abordagem terapêutica é multidisciplinar, combinando diferentes estratégias para um melhor controle da dor e bem-estar do paciente (Provenza et al., 2004). Entre as principais formas de tratamento, destacam-se: medicações para controle da dor e melhora da qualidade do sono; exercícios físicos aeróbicos, como caminhadas e hidroginástica, que ajudam a reduzir a dor e a fadiga; fisioterapia para melhorar a mobilidade e minimizar impactos na rotina; acompanhamento psicológico, essencial para lidar com o impacto emocional da síndrome, e terapias complementares, como acupuntura, pilates e yoga que auxiliam no manejo da dor e do estresse.

Dessa forma, a fibromialgia deve ser entendida não apenas como um transtorno físico, mas como uma condição que exige uma abordagem ampla e personalizada, considerando as particularidades de cada indivíduo para um tratamento eficaz e humanizado.

A seguir, discutiremos a classificação da fibromialgia como doença ou deficiência destacando iniciativas internacionais e nacionais, como a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD), além de legislações estaduais brasileiras que já avançam no sentido de equiparar os direitos das pessoas com fibromialgia aos das PCD. Mais do que uma mera definição médica, essa discussão envolve reflexões interdisciplinares que impactam diretamente a vida de quem convive com a síndrome, enfrentando cotidianamente barreiras funcionais, sociais e institucionais. Trata-se, portanto, de um debate essencial para a construção de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis à complexidade das condições crônicas invisíveis.

3.1 DOENÇA OU DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE UM DEBATE NECESSÁRIO

A classificação da fibromialgia enquanto doença ou deficiência é um tema que suscita debates significativos, tanto na área da saúde quanto no campo das políticas públicas e dos direitos sociais. Embora a condição seja reconhecida pelo Código Internacional de Doenças (CID-10) sob o código M79.7, como “uma síndrome caracterizada por dor crônica generalizada e sintomas associados” (Organização Mundial da Saúde, 1993, *online*), sua compreensão como deficiência ainda enfrenta resistências institucionais e sociais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) categoriza a fibromialgia como uma doença musculoesquelética, o que influencia diretamente o reconhecimento de direitos para os pacientes que convivem com essa condição. Entretanto, seu impacto funcional e sua natureza incapacitante para muitas pessoas levantam questionamentos sobre a necessidade de um enquadramento legal que possibilite sua equiparação às deficiências, principalmente para fins previdenciários e educacionais.

No Brasil, esse debate ganha força com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que estabelece diretrizes para o atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O documento reconhece que barreiras físicas, sensoriais, cognitivas e psicossociais podem comprometer a plena participação dos estudantes na vida acadêmica (Brasil, 2008).

Além disso, há uma crescente mobilização no país para que doenças crônicas incapacitantes, como a fibromialgia, sejam reconhecidas juridicamente como deficiência. Estados como a Paraíba já equiparam os direitos das pessoas com fibromialgia aos das pessoas com deficiência, garantindo acesso a políticas de inclusão, benefícios e suporte adequado. Essa medida reflete um movimento de ampliação dos direitos sociais, reforçando a necessidade de repensar os critérios tradicionais que diferenciam doença crônica e deficiência e como eles devem ser percebidos pela academia.

No cenário internacional, a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2009, representa um marco fundamental nesse debate. O documento define deficiência não apenas como uma condição médica, mas como o resultado da interação entre limitações individuais e barreiras ambientais e sociais (Brasil, 2009). Dessa forma, a convenção propõe uma abordagem social da deficiência, reconhecendo que a exclusão e a discriminação são causadas mais pelas barreiras impostas pela sociedade do que pelas limitações do indivíduo. Com essa perspectiva, a fibromialgia, por causar limitações funcionais severas em muitos pacientes, poderia ser enquadrada como deficiência quando gerar barreiras para o pleno exercício dos direitos fundamentais.

Dessa forma, o debate sobre a fibromialgia como doença ou deficiência não se restringe ao âmbito médico, mas envolve questões de acessibilidade, direitos humanos e inclusão social. Para que esse reconhecimento avance, é essencial haver diálogos interdisciplinares entre os campos da saúde, do direito e da educação, garantindo que os pacientes recebam suporte adequado, tanto no sistema de saúde quanto nas instituições de ensino e no mercado de trabalho.

A seguir, será discutido o entrave estrutural enfrentado por estudantes, evidenciando a invisibilidade da síndrome nas universidades, a escassez de adaptações institucionais e o impacto da lógica produtivista que rege o ambiente acadêmico. Ao lançar luz sobre essa realidade, pretende-se refletir sobre a urgência de repensar práticas, normas e ampliar políticas que favoreçam a inclusão efetiva de estudantes com fibromialgia no ensino superior.

3.2 FIBROMIALGIA NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS ESTRUTURAIS E INVISIBILIDADE

Discutir a relação entre fibromialgia e ensino superior exige uma análise que perpassa duas dimensões interligadas: de um lado, temos o modelo acadêmico regido pela lógica neoliberal, que valoriza a produtividade acima do bem-estar dos estudantes (Brown, 2020); de outro, encontram-se as barreiras estruturais que tornam a universidade um ambiente pouco acessível e excludente para aqueles que convivem com a síndrome.

Em primeiro lugar, é importante destacar que o ensino superior está cada vez mais orientado por valores produtivistas, nos quais o excesso de atividades, a carga horária extenuante e a pressão por desempenho são consideradas requisitos indispensáveis para a formação universitária. Esse sistema, portanto, impõe um ritmo implacável, enraizado em uma cultura de perfeccionismo e competitividade extrema (Brown, 2020) que pouco leva em consideração as limitações individuais e as condições de saúde dos estudantes.

Além disso, a universidade, que deveria ser um espaço de democratização do conhecimento, ainda se mantém restritiva e elitista em muitos aspectos. Quando analisamos o perfil dos estudantes com fibromialgia, percebe-se que a maioria pertence a camadas socioeconômicas mais vulneráveis, de acordo com um estudo realizado no Estado do Ceará, cerca de 48,6% das mulheres relataram ter uma renda mensal inferior a um salário mínimo por pessoa, enquanto 39% recebiam até um salário mínimo. Apenas 1% declarou receber mais que quatro salários mínimos (Bezerra; Santos; França, 2024), algo similar ao resultado encontrado na pesquisa realizada para esse estudo.

Bezerra, Santos e França (2024) ainda apontam que mais de metade (50,5%) não possuía vínculo empregatício ou estudava, o que indica uma realidade marcada por baixa inserção no mercado de trabalho. Do outro lado, nossa pesquisa identifica mulheres que estão na academia e são forçadas a conciliar estudo, trabalho e, muitas vezes, responsabilidades familiares para garantir sua própria subsistência. Entretanto, as exigências acadêmicas não acompanham essa realidade: estágios não flexíveis, altos créditos obrigatórios e currículos engessados impõem desafios desproporcionais a esses estudantes. Como resultado, muitos são empurrados para uma jornada tripla – uma luta que não se encerra na sala de aula, mas que se estende para o mercado de trabalho e para a própria manutenção da saúde física e mental.

Nesse contexto, a universidade pode representar, ao mesmo tempo, um sonho de ascensão acadêmica e profissional e um lugar de intensa sobrecarga e sofrimento, onde as dificuldades impostas pela fibromialgia se tornam ainda mais acentuadas pela falta de suporte institucional. O impacto dessa sobrecarga se manifesta de diversas formas, mas uma das mais desafiadoras é a "névoa cerebral" (*fibro fog*), um transtorno que prejudica a concentração, a memória e a capacidade de processar informações de forma eficiente (Orozco, 2021).

No ambiente acadêmico, onde o alto desempenho cognitivo é constantemente exigido, a presença desse sintoma gera frustração, constrangimento e um sentimento de inadequação, fazendo com que muitos estudantes questionem sua própria capacidade intelectual (Brown, 2020). Isso porque, em uma estrutura que valoriza a rapidez, a produtividade e a alta performance, qualquer dificuldade em acompanhar o ritmo acelerado da universidade é vista como uma falha individual, e não como um reflexo das barreiras impostas pelo próprio sistema.

Como se não bastassem as dificuldades impostas pela doença e pela estrutura acadêmica, há ainda o desafio da invisibilidade, consolidado pela pouca ênfase a políticas institucionais que compreendem e se adequam a essa necessidade. Além disso, o fato de a fibromialgia ser uma condição crônica que não deixa marcas visíveis, contribui para que muitos estudantes enfrentem o preconceito e o descrédito, tanto por parte de colegas quanto de professores. A ausência de sinais físicos evidentes da síndrome gera julgamentos equivocados, levando a questionamentos sobre a veracidade da condição ou a suposições de que se trata apenas de uma “frescura” ou “falta de esforço”. Assim, além dos desafios diários da doença, esses estudantes precisam lidar com a falta de empatia e compreensão dentro do próprio ambiente acadêmico.

Com isso em mente, serão explorados a seguir os direitos e os mecanismos conquistados para pessoas com fibromialgia, algo que representa um passo importante na luta pelo reconhecimento e pela dignidade de quem convive com essa condição crônica e debilitante. Ao longo dos anos, pacientes têm buscado ampliar o acesso a políticas públicas de saúde, assistência e inclusão, reivindicando não apenas tratamentos adequados, mas também o reconhecimento legal da síndrome como uma condição que impacta diretamente a qualidade de vida e a capacidade laboral.

Neste contexto, o tópico a seguir analisa os principais avanços legislativos em nível nacional e estadual e os desafios persistentes para efetivação desses direitos. Serão discutidos, ainda, os entraves estruturais enfrentados no Sistema Único de Saúde (SUS),

a tramitação de projetos de lei voltados à proteção social e os critérios legais para acesso a benefícios previdenciários.

3.3 DIREITOS E LEGISLAÇÃO: O APORTE LEGAL PARA PESSOAS COM FIBROMIALGIA

No dia 25 de outubro de 2023, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 14.705, que determina a obrigatoriedade do atendimento integral às pessoas acometidas pela Síndrome da fibromialgia no Sistema Único de Saúde (SUS). A medida prevê assistência multidisciplinar, realização de exames complementares, fornecimento de medicamentos e acesso a diversas modalidades terapêuticas, garantindo, em tese, um suporte abrangente às necessidades dos pacientes com essa condição crônica (Brasil, 2023).

Entretanto, na prática, a implementação dessa legislação enfrenta desafios estruturais e burocráticos que impedem sua efetivação plena. A falta de diretrizes específicas e de financiamento adequado compromete a ampliação do acesso a tratamentos multidisciplinares (Vieira; Benevides, 2016). Ademais, em conversas realizadas em grupos de acolhimento, muitos relatam que o SUS ainda não oferece, de forma sistemática, os serviços prometidos pela Lei, como acompanhamento especializado com reumatologistas, fisioterapia regular, suporte psicológico e fornecimento contínuo de medicação. Para mais, a escassez de profissionais capacitados e a ausência de políticas concretas de atendimento em diversas unidades de saúde (Vieira, Benevides, 2016) tornam o acesso ao suporte necessário ainda mais limitado para aqueles que convivem com a fibromialgia.

Além da Lei nº 14.705/2023, outra iniciativa legislativa relevante é o Projeto de Lei nº 3.010/2019, que propõe a criação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia. Esse projeto visa garantir não apenas o acesso à saúde, mas também a ampliação dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários dos pacientes, incluindo a possibilidade de reconhecimento da condição como deficiência para efeitos legais (Brasil, 2025). Atualmente em tramitação no Senado Federal, essa proposta reforça a necessidade de medidas mais efetivas para a inclusão e o atendimento adequado das pessoas com fibromialgia.

No estado da Paraíba, o reconhecimento dos Direitos das Pessoas com Fibromialgia foi ampliado em 28 de maio de 2024, com a sanção da Lei nº 13.265, de autoria do

deputado Wilson Filho, pelo governador João Azevêdo. A legislação os equipara aos direitos das Pessoas com Deficiência (PCD) e garante benefícios como o cartão de passe livre intermunicipal e a Carteira de Identificação da Pessoa com Fibromialgia (CIPF). A emissão da carteira pode ser realizada pela Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado (SES/PB). Para obtê-la, é necessário apresentar documento de identificação, fotografia 3×4 e laudo médico emitido por especialista, com a indicação do Código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) (Assembleia Legislativa da Paraíba, 2024).

Além da Paraíba, diversos estados já reconhecem a fibromialgia como deficiência, entre eles (Henrique, 2024)¹ os seguintes:

Tabela I – Estados que reconhecem a fibromialgia como deficiência

ESTADO	LEI
Minas Gerais	Lei nº 24.508/2023
Rio de Janeiro	Lei nº 7.832/2018
Acre	Lei nº 4.174/2023
Alagoas	Lei nº 8.460/2021
Amapá	Lei nº 2.770/2022
Amazonas	Lei nº 6.568/2023
Maranhão	Lei nº 11.543/2021
Mato Grosso	Lei nº 11.554/2021
Rio Grande do Norte	Lei nº 11.122/2022
Rondônia	Lei nº 5.541/2023
Sergipe	Lei nº 9.293/2023

Fonte: Henrique, C. Reconhecimento da fibromialgia como deficiência nos estados brasileiros: avanços legislativos e impactos sociais. Jusbrasil, julho de 2024.

¹ Cabe salientar que, embora não exista, até o momento, um órgão institucional responsável por atualizar, de forma oficial, a tabela de unidades federativas que reconhecem a Fibromialgia como deficiência, iniciativas independentes têm se destacado nesse processo. O perfil @fibromialgiadorcronica, na plataforma Instagram, por exemplo, realiza um trabalho relevante ao divulgar dados atualizados e outras informações pertinentes ao tema (verificar Figura 1 dos anexos).

Além dos direitos garantidos na área da saúde, as pessoas com fibromialgia que necessitam se afastar do trabalho por um período superior a 15 dias podem solicitar diretamente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o benefício do auxílio-doença, conforme estabelecido nos artigos 59 a 64 da Lei nº 8.213/91. Caso seja comprovada incapacidade total e permanente para o trabalho e para a realização de atividades habituais, o paciente poderá requerer a aposentadoria por invalidez, conforme previsto nos artigos 42 e 62 da mesma Lei (Francisconi, 2015).

Nesse sentido, embora a legislação represente um avanço no reconhecimento dos direitos das pessoas com fibromialgia, sua efetivação ainda depende de regulamentação adequada, investimentos e estratégias concretas que garantam sua aplicação na prática. O grande desafio reside na articulação entre as políticas públicas e a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo que os direitos assegurados na legislação se traduzam em um atendimento digno e acessível.

Por fim, destaca-se a importância do dia 12 de maio, instituído como o Dia Mundial da Conscientização sobre a fibromialgia (Sociedade Brasileira de Reumatologia, 2022). Essa data desempenha um papel fundamental na sensibilização da sociedade, no incentivo ao apoio aos pacientes e na promoção do debate sobre essa condição crônica e debilitante, reforçando a necessidade de avanços na assistência e no reconhecimento dos direitos das pessoas acometidas pela fibromialgia.

3.4 REGULAMENTO DA GRADUAÇÃO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS: O QUE AS NORMAS DIZEM?

Pensando na consolidação de um ensino superior pautado pela equidade, inclusão e garantia de direitos fundamentais, devemos pensar não apenas no reconhecimento jurídico das pessoas com deficiência, mas sim em como as políticas institucionais contribuem para assegurar, na prática, o acesso, a permanência e a participação plena destes sujeitos. Tais prerrogativas encontram respaldo tanto na legislação federal² quanto nas normativas internas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),

² Nesse momento a referência normativa aplica-se exclusivamente às pessoas com deficiência, uma vez que, embora esteja em tramitação o Projeto de Lei nº 3010/19, que institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com fibromialgia, ainda não existe legislação federal em vigor que equipare formalmente a síndrome fibromiálgica à condição de pessoa com deficiência.

especialmente ao que se refere ao Regulamento Geral de Graduação, à atuação de seus comitês e à formulação de políticas institucionais voltadas a acessibilidade.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), constitui o marco jurídico e político de maior relevância nacional no tocante à promoção e à proteção de direitos da pessoa com deficiência. Em seu Capítulo IV – Do Direito à Educação, artigo 30, a LBI dispõe que instituições de ensino, públicas ou privadas, devem assegurar a oferta de currículos, métodos, técnicas, recursos educacionais e organizações específicas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, promovendo condições de igualdade e participação (Brasil, 2015). Esse dispositivo estabelece o princípio da acessibilidade como direito transversal, que deve ser incorporado à estrutura pedagógica e administrativa das universidades.

No âmbito da UFPB, a institucionalização da acessibilidade e da inclusão formalizou-se por meio da Resolução CONSUNI nº 34/2013, que instituiu a Política de Inclusão e Acessibilidade da universidade, bem como criou o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA). Tal política adota como fundamentos: a inclusão como processo contínuo de atendimento à diversidade; a acessibilidade enquanto condição de autonomia e segurança no uso de espaços e serviços e a valorização dos direitos humanos e da igualdade de oportunidades (UFPB, 2013). O CIA, como órgão de assessoria especial vinculado à Reitoria, é composto por uma ampla representatividade da comunidade universitária, incluindo representantes técnicos e acadêmicos dos diversos campus. Sua criação materializa a tentativa da instituição em construir uma cultura inclusiva e com a eliminação de barreiras de toda ordem, sejam elas físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

Em 2016, a UFPB aprovou o Regimento Interno do Comitê por meio da Resolução CONSUNI nº 09/2016, que regulamente as competências do CIA, sua estrutura organizacional e a atuação de seus Grupos de Trabalho (GTs). Estes se organizam em quatro frequentes, sendo elas: acessibilidade pedagógica, arquitetônica, comunicacional e atitudinal, articulando-se com os diversos setores da universidade. Entre suas atribuições destaca-se o assessoramento às coordenações de curso na identificação e no acompanhamento de demandas específicas para estudantes com deficiência, a proposição de ações formativas, o fomento à produção científica e à pesquisa aplicada, bem como o desenvolvimento de estratégias para eliminação de barreiras institucionais (UFPB, 2016). Os GTs funcionam como instâncias consultivas de apoio técnico, com

representantes de diversas áreas, cujas ações são pautadas pela escuta ativa da comunidade universitária e pelo atendimento às normativas legais.

No que se refere ao regulamento da graduação, a Resolução CONSEPE n° 37/2021 representou uma atualização significativa das normas internas, ao alterar dispositivos da Resolução CONSEPE n° 29/2020 e ampliar as garantias aos discentes com deficiência. Essa resolução reforça a obrigatoriedade de adaptação dos planos de curso nas turmas que contam com estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais, prevendo a atuação direta do CIA como instância de assessoramento pedagógica. Além disso, estabelece que sejam assegurados aos discentes:

- I - Atendimento educacional condizente com suas deficiências;
- II - Mediadores para a compreensão da escrita e da fala nas atividades acadêmicas;
- III - Adaptação do material pedagógico e dos equipamentos;
- IV - Metodologia de ensino adaptada;
- V - Formas adaptadas de avaliação do rendimento acadêmico e de correção dos instrumentos de avaliação, de acordo com a NEE;
- VI - Tempo adicional de 50% (cinquenta por cento) para a realização das atividades de avaliação que têm duração limitada, conforme a NEE apresentada. (UFPB, 2021, p.3)

Outro aspecto relevante introduzido pela Resolução CONSEPE n° 37/2021 refere-se à ampliação da concepção de necessidades educacionais especiais (NEE), que passam a englobar não apenas deficiências visuais, auditivas, físicas, intelectuais ou múltiplas, mas também transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e dificuldades secundárias de aprendizagem. Essa ampliação conceitual é coerente com os princípios da LBI, na medida em que reconhece a diversidade funcional como um espectro e amplia as possibilidades de acolhimento e adaptação no ensino superior.

Por fim, a normativa destaca a importância da formação contínua da comunidade universitária em práticas inclusivas, estabelecendo que a atuação formativa voltada à acessibilidade deve ocorrer em parceria com o CIA e com os setores institucionais responsáveis pela formação docente. Tal diretriz articula-se ao artigo 27 da LBI, que preconiza a formação de profissionais da educação para o atendimento das especificidades dos estudantes com deficiência.

Diante dessas diretrizes institucionais, surge um questionamento relevante: de que forma a fibromialgia se insere no escopo das normativas de acessibilidade e permanência estudantil na UFPB? Embora a síndrome tenha obtido reconhecimento como deficiência em algumas legislações estaduais, o debate sobre sua equiparação legal no âmbito federal e sua aplicabilidade prática nas universidades públicas continua

em construção. Apesar disso, observa-se que o CIA realiza o acolhimento dos alunos acometidos pela fibromialgia que recorrem ao serviço, atuando de forma sensível diante das demandas emergentes dessa condição clínica.

Contudo, ao se analisar regimento vigente, verifica-se que, no momento, a referência formal contida nos documentos institucionais aplica-se unicamente às pessoas com deficiência reconhecidas nos termos da Lei Brasileira de Inclusão. Ainda que esteja em tramitação o Projeto de Lei nº 3010/19, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Fibromialgia, não há, até a presente data, uma legislação federal em vigor que assegure tal equiparação de forma plena e vinculante. Isso coloca os sujeitos fibromiálgicos em uma zona de interseção normativa, na qual o reconhecimento de suas especificidades depende, majoritariamente, da interpretação e flexibilização administrativa por parte das instituições.

No âmbito da UFPB, Capítulo IV do Regulamento de Ensino de Graduação, aprovado pela Resolução CONSEPE nº 29/2020, prevê um mecanismo institucional que pode contemplar parte dessas demandas: o regime de exercícios domiciliares. Este constitui uma estratégia de flexibilização pedagógica voltada à continuidade dos estudos de alunos impossibilitados de frequentar presencialmente as atividades acadêmicas, por motivos de saúde. O artigo 92 da resolução estabelece que esse regime pode ser concedido aos discentes que apresentem “afecções congênitas ou adquiridas, infecção, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados e que gerem incapacidade física comprovada por atestado médico (UFPB, 2020, p. 26).

O texto normativo ainda detalha que o regime de exercícios domiciliares poderá ser solicitado pelo próprio estudante ou por seu representante legal à Coordenação do Curso, mediante apresentação de documentação comprobatória, a ser submetida à avaliação técnica, se necessário, por junta médica vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PRG). Em caso de deferimento, cabe à coordenação notificar aos docentes responsáveis pelas disciplinas nas quais o discente estiver matriculado, para que seja elaborado um programa especial de estudos, garantindo, assim, o acesso aos conteúdos durante o afastamento.

É importante destacar que o regulamento estabelece limites e diretrizes rígidas para a aplicação do regime. A duração pode variar entre 15 a 90 dias letivos, e os conteúdos ministrados durante esse período devem ser acompanhados de avaliações de desempenho, não sendo possível substituí-las ou suprimi-las, conforme ressalta o

próprio documento: “em nenhuma hipótese, o programa especial de estudos elimina as avaliações para verificação do desempenho acadêmico” (UFPB, 2020, p. 27). Ademais, caso o estudante não possa realizar as avaliações durante o período domiciliar, é facultado um prazo de até 30 dias, após o término do afastamento, para sua realização.

Há, contudo, restrições significativas à aplicabilidade do regime. O regulamento veda sua utilização para componentes práticos ou de estágio supervisionado. Nesses casos, é assegurado ao estudante o direito ao cancelamento da matrícula, independentemente do calendário acadêmico, como forma de preservar sua trajetória acadêmica sem prejuízo a integralização do curso (UFPB, 2020).

Nesse cenário, torna-se evidente que, apesar dos avanços institucionais no campo da inclusão, a resposta normativa à vivência de estudantes com fibromialgia ainda carece de um marco legal específico e de dispositivos que reconheçam as singularidades clínicas e pedagógicas dessa condição crônica e multifacetada. Como a fibromialgia ainda não é formalmente equiparada a uma deficiência no ordenamento jurídico nacional e não há um amplo conhecimento do suporte para esses estudantes, muitos estudantes enfrentam dificuldades para acompanhar o ritmo das atividades curriculares, acumulam frustrações e, em casos extremos, acabam por desistir do curso.

Nesse contexto, é fundamental destacar a importância estratégica do Comitê de Inclusão e Acessibilidade como instância institucional que pode oferecer suporte, mediação e orientação a esses estudantes. Embora o CIA já realize o acolhimento de alunos acometidos pela síndrome que o procuram, a sua atuação ainda carece de ampla divulgação e fortalecimento nos espaços institucionais, de modo que suas ações integrativas sejam efetivamente conhecidas por toda comunidade acadêmica. A falta de informação sobre a existência e o funcionamento do CIA compromete o acesso de muitos discentes às políticas de inclusão disponíveis, contribuindo, silenciosamente, para processos de desmotivação e evasão.

Para que a universidade se constitua verdadeiramente como um espaço inclusivo e democrático, torna-se imperativo repensar suas estruturas e políticas de suporte, especialmente no que se refere a estudantes com condições crônicas como a fibromialgia. Medidas como a flexibilização de prazos, adaptações em avaliações, concessão de regimes domiciliares compatíveis com a realidade desses sujeitos e a oferta de suporte psicopedagógico especializado não devem ser tratadas como pontuais, mas sim como direitos assegurados à luz dos princípios de equidade e justiça social.

O capítulo a seguir irá apresentar os caminhos metodológicos percorridos na construção dessa pesquisa. Serão explicitadas as escolhas teóricas e práticas que nortearam o processo investigativo, bem como as justificativas para a definição do recorte temático, dos participantes, dos instrumentos de coleta de dados e da abordagem metodológica adotada. A intenção é oferecer uma compreensão clara e fundamentada das decisões que estruturaram esta investigação, evidenciando o compromisso com a relevância social do tema e com a produção de conhecimentos que contribuam para a inclusão e permanência de estudantes com fibromialgia no ambiente universitário.

4. PERCURSO METODOLÓGICO: A PESQUISA SOBRE FIBROMIALGIA NO ENSINO SUPERIOR

A pesquisa foi delineada como um estudo de natureza exploratória, com abordagem qualitativa e procedimento técnico de pesquisa de campo, conforme classificação proposta por Gil (2017). A escolha por uma investigação exploratória justifica-se pela carência de estudos acadêmicos sobre a fibromialgia no ensino superior e pela intenção de aprofundar o conhecimento sobre o tema, tornando-o mais acessível e contribuindo para a formulação de novas hipóteses e práticas. Conforme afirma Gil (2017, p. 33), “estas pesquisas visam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

No que tange à abordagem do problema, optou-se por uma perspectiva qualitativa, centrada na interpretação dos sentidos e significados atribuídos pelas participantes às suas experiências. Essa escolha permite compreender de forma mais sensível os fenômenos vividos, respeitando a subjetividade que envolve a convivência com a fibromialgia. Segundo Gil (2017), a pesquisa qualitativa é adequada ao estudo de fenômenos que não podem ser mensurados com rigor estatístico, priorizando a profundidade da análise em contextos específicos.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de campo, pois os dados foram obtidos diretamente com sujeitos da realidade investigada — estudantes universitárias diagnosticadas com fibromialgia — por meio de um questionário eletrônico. Essa estratégia permitiu reunir relatos autênticos e situados, possibilitando a construção de uma análise mais fiel às experiências das participantes.

Como recurso metodológico dentro da abordagem qualitativa, optou-se por utilizar relatos pessoais como principal fonte de dados, reconhecendo seu potencial para

revelar aspectos emocionais, sociais e cognitivos relacionados à vivência com a fibromialgia. Esses relatos proporcionam uma visão rica e detalhada dos desafios enfrentados no ambiente universitário, ao mesmo tempo que dão voz à diversidade de trajetórias presentes no universo da pesquisa. Tal escolha também buscou oferecer um espaço de escuta e reconhecimento, para que as participantes pudessem expressar suas experiências de forma autêntica.

Complementarmente, a pesquisa se apoia em uma revisão bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica visa mapear a produção acadêmica já existente sobre o tema, permitindo ao pesquisador a descoberta "de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (Gil, 2017, p. 34), enquanto a revisão documental, por sua vez, busca contextualizar a realidade acadêmica dos estudantes com fibromialgia a partir da análise de legislações, políticas institucionais e diretrizes de acessibilidade e inclusão.

A escolha por esse percurso metodológico também se alinha ao momento formativo atual, no qual traço meus primeiros passos na investigação acadêmica sobre fibromialgia. Não partindo de hipóteses pré-estabelecidas, mas de um olhar atento e sensível às experiências compartilhadas pelos sujeitos, a pesquisa se desenvolve de forma aberta e receptiva às múltiplas vozes que compõem meu campo empírico. Como reforça Flick (2004), a pesquisa qualitativa valoriza a análise de casos concretos inseridos em seus contextos, respeitando a individualidade das vivências.

O formulário foi construído em uma abordagem qualitativa (Gil, 2017), buscando compreender as experiências e percepções dos estudantes universitários diagnosticados com fibromialgia. Dessa forma, não se pretende apenas coletar dados objetivos sobre essa síndrome no ambiente acadêmico, mas sim explorar as vivências dos participantes, suas dificuldades, desafios e estratégias de enfrentamento.

Flick (2004) ainda destaca dois aspectos essenciais da pesquisa qualitativa importantes para investigação: a reflexão do autor e a variedade de métodos para abordar o objeto de estudo. A primeira diz respeito à necessidade de ir além de uma visão teórica, promovendo uma análise mais sensível e subjetiva das questões levantadas. Já a segunda enfatiza que uma abordagem qualitativa deve se apoiar em diferentes estratégias metodológicas, sem se restringir a um único conceito ou teoria. Diante disso, este estudo combina pesquisa bibliográfica, documental e empírica, de modo a garantir um olhar mais amplo e embasado sobre a relação entre fibromialgia e ensino superior.

Segundo Flick (2004, p. 28), "a pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais [...]". Dessa forma, a metodologia adotada parte diretamente das experiências dos participantes, considerando suas narrativas individuais como ponto central para a compreensão do fenômeno estudado.

Tendo isso em vista, foi elaborado um formulário com o objetivo de traçar o perfil de estudantes do ensino superior diagnosticados com fibromialgia, explorando suas experiências, desafios e impactos da condição em sua trajetória acadêmica. Além de identificar as principais dificuldades enfrentadas, o questionário também buscou captar as estratégias e adaptações que esses estudantes consideraram essenciais para uma maior inclusão e suporte no ambiente universitário. O formulário completo pode ser consultado no Apêndice 7.1 deste trabalho.

No tópico subsequente, serão analisados os dados coletados ao longo da pesquisa, com foco nos relatos e vivências de estudantes do ensino superior que convivem com a fibromialgia. A partir de suas experiências, busca-se compreender os desafios enfrentados tanto no âmbito individual — como dores crônicas, fadiga e impactos emocionais — quanto no coletivo, envolvendo a relação com a universidade, professores, colegas e políticas institucionais de apoio. Esse desdobramento visa, portanto, dar voz aos sujeitos participantes da investigação (Gil, 2017), evidenciando suas lutas cotidianas e a urgência de práticas mais inclusivas no contexto acadêmico.

4.1 A BATALHA CONTRA A FIBROMIALGIA: DESAFIOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

A pesquisa intitulada "*Impactos da Fibromialgia no Desempenho Acadêmico de Estudantes do Ensino Superior*" foi realizada por meio de um formulário eletrônico elaborado com perguntas abertas e fechadas, visando captar tanto dados quantitativos quanto qualitativos sobre as vivências acadêmicas de pessoas diagnosticadas com fibromialgia. O instrumento foi disponibilizado entre os dias 28 de fevereiro e 15 de março de 2025, por meio de grupos virtuais independentes e contatos diretos.

Ao todo, foram obtidas 13 respostas. Dentre essas, 8 foram selecionadas para análise, por atenderem aos critérios previamente definidos: estar regularmente

matriculado em uma instituição de ensino superior³, possuir diagnóstico clínico de fibromialgia e ter respondido integralmente ao formulário. As demais respostas foram descartadas por não cumprirem algum desses requisitos, o que poderia comprometer a coerência e a fidedignidade da análise. A seleção cuidadosa dos participantes teve como objetivo garantir a relevância dos dados e a pertinência das contribuições para o aprofundamento da temática em questão.

Algo importante a salientar é que, com o intuito de preservar a identidade das participantes e, ao mesmo tempo, homenagear suas trajetórias, optou-se por identificá-las na pesquisa por meio de nomes que remetem a flores. Essa escolha simbólica carrega um significado que transcende a proteção ética: as flores representam, simultaneamente, a delicadeza, a sensibilidade e a resistência, características essas que refletem a experiência das mulheres que estão presentes nessa pesquisa e convivem com a fibromialgia. Assim como as flores enfrentam condições adversas e ainda assim florescem, essas mulheres demonstram força e resiliência impostas pela dor crônica. A metáfora, portanto, busca valorizar a singularidade de cada uma, reconhecendo a beleza e a potência de suas histórias.

4.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO: PERFIL, GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

O estudo contou com 8 participantes, com idades entre 24 e 53 anos, que estão ou estiveram matriculadas em cursos diversos, incluindo Pedagogia, Turismo, Letras, Matemática, Ciências Contábeis, Serviço Social, Farmácia e Antropologia.

A maioria das participantes cursou o ensino superior na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). No entanto, duas estudaram em instituições privadas distintas. Destaca-se que a última não concluiu o curso devido ao impacto da fibromialgia.

Todas as participantes relataram a necessidade de abordagens multidisciplinares para o manejo da doença e a prevenção de crises. Entre os tratamentos mencionados, destaca-se o uso de antidepressivos e ansiolíticos, acompanhamento com psiquiatra e terapeuta, além da prática de atividades físicas como pilates, fisioterapia, musculação, natação e

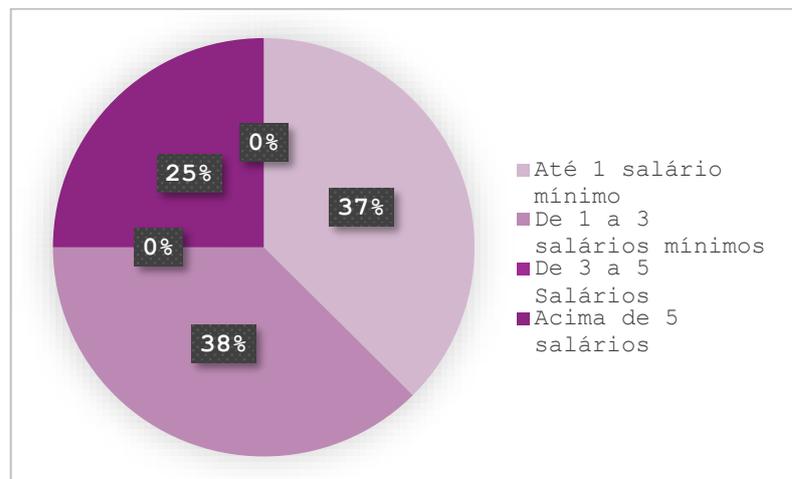
³ Também foram consideradas, para fins de análise, estudantes que, embora não estivessem com matrícula ativa no momento da pesquisa, já haviam ingressado no ensino superior e precisaram trancar o curso em decorrência dos sintomas debilitantes da fibromialgia.

hidroginástica. Além disso, relataram consultas regulares com reumatologistas, gastroenterologistas e outros especialistas.

Quanto às comorbidades, todas as participantes indicaram ter pelo menos outra condição de saúde diagnosticada, entre elas depressão, ansiedade, TDAH, enxaqueca crônica, problemas na coluna, síndrome do túnel do carpo e artrose.

Outros dados relevantes serão classificados e apresentados nos gráficos a seguir:

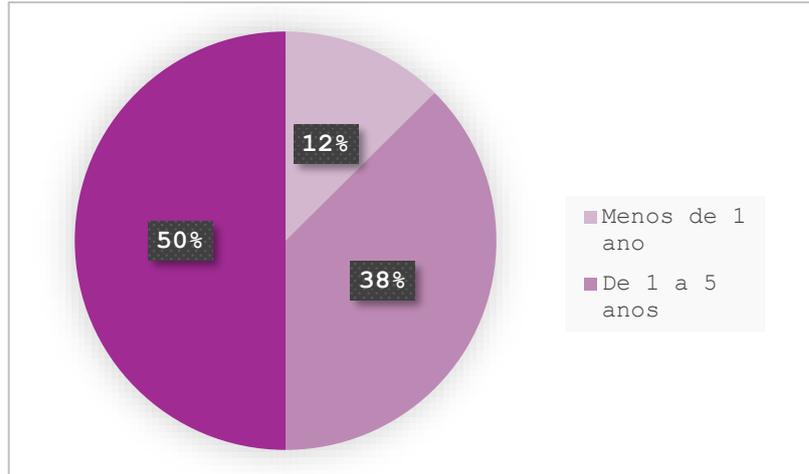
Gráfico I – Faixa de Renda Familiar Mensal



O gráfico revela que 37% dos participantes vivem com renda de até 1 salário mínimo e 38% com renda entre 1 e 3 salários mínimos, totalizando 75% das amostras dentro de faixas de baixa renda.

Essa informação é coerente com os dados da Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR), que pontua que a fibromialgia é mais prevalente entre mulheres adultas com menor poder aquisitivo, o que reforça o impacto socioeconômico da doença. Além disso, Brown (2020) argumenta que, no ambiente acadêmico, a limitação financeira decorrente da condição pode tornar-se um obstáculo duplo, pois a perda de produtividade associada à dor crônica e a fadiga se soma à dificuldade de arcar com os tratamentos adequados.

Gráfico II – Tempo de Diagnóstico da Fibromialgia

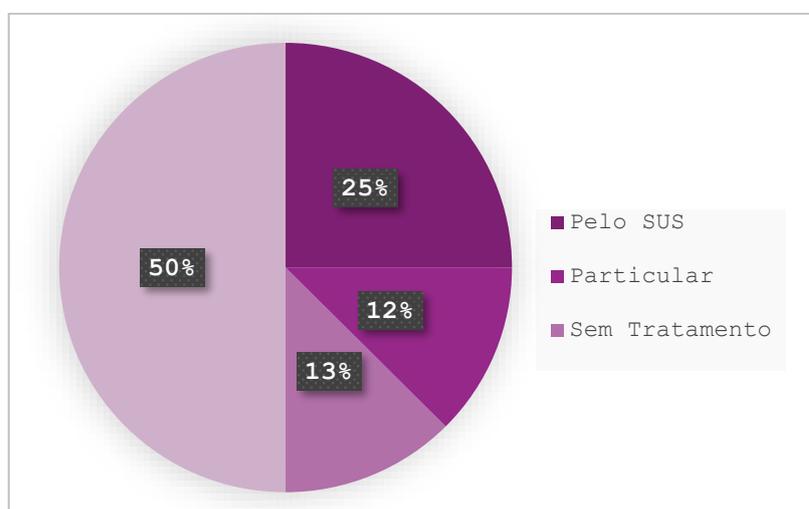


O tempo de diagnóstico também é significativo: 50% dos respondentes convivem com o diagnóstico há mais de 5 anos, enquanto 38% foram diagnosticados há menos tempo, entre 1 e 5 anos.

Esse dado reforça o que apontam Provenza et al. (2004) e Consoli et al. (2012): o diagnóstico de fibromialgia costuma ser tardio, muitas vezes após anos de sofrimento, devido à ausência de marcadores laboratoriais específicos e à complexidade dos sintomas. Tal cenário contribui para um período prolongado de sofrimento não tratado, agravando quadros de depressão, ansiedade e distúrbios do sono, como discutido em Santos et al. (2006).

Para estudantes, como aponta Brown (2020), esse atraso no diagnóstico pode causar prejuízos significativos no rendimento acadêmico, afetando a concentração, a frequência e a autoestima.

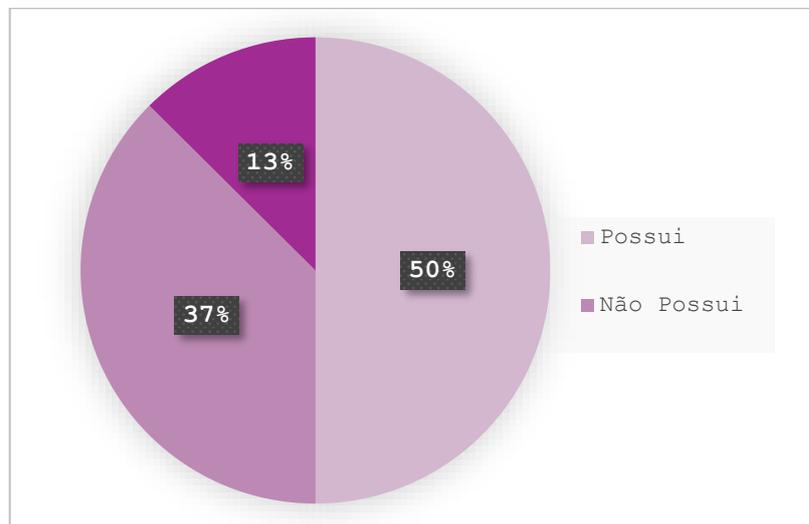
Gráfico III – Realização dos Tratamentos



Aqui chegamos a um dado um tanto quanto alarmante, porque 50% das participantes optaram por não responder à pergunta. Enquanto isso, a distribuição do acesso ao tratamento mostra que 25% realizam o tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), 12% particular e 13% não realizam nenhum tipo de tratamento.

A predominância do SUS como via de tratamento confirma a relação entre condição socioeconômica e acesso à saúde. Entretanto, a parcela que não realiza nenhum tipo de tratamento é preocupante, pois isso pode estar relacionado a barreiras como a falta de reconhecimento da doença ou o estigma.

Gráfico IV – Diagnósticos de Fibromialgia na Família



Já este gráfico nos revela que 50% dos participantes possuem outro(s) familiar(es) diagnosticado(s) com fibromialgia, enquanto 37% não possuem e 13% não sabem informar.

Esse dado é especialmente relevante porque sugere uma possível predisposição genética para o desenvolvimento da síndrome, como já foi levantado em diversas investigações sobre o tema. Embora a fibromialgia não tenha uma causa única definida, estudos clínicos indicam que fatores genéticos, ambientais e psicossociais desempenham papéis importantes em sua manifestação (Provenza et al., 2004).

A presença da doença em múltiplos membros da família também podem ser interpretada sob a ótica do ambiente familiar compartilhado, onde hábitos, estresses crônicos e estilos de enfrentamento semelhantes podem favorecer o surgimento da síndrome ou agravar seus sintomas (Santos et al., 2006).

Do ponto de vista acadêmico, como discute Brown (2020), o fato de um estudante viver em um ambiente familiar onde outros enfrentam a mesma condição pode produzir dois efeitos ambivalentes, sendo eles:

- 1) De um lado, maior compreensão e empatia no núcleo familiar, o que favorece o suporte emocional;
- 2) De outro, carga emocional ampliada, especialmente se a condição da outra pessoa da família for severa, o que pode afetar o foco e a estabilidade emocional.

Além disso, como parte dos entrevistados não sabe informar se há casos na família, pode-se inferir que ainda há baixa visibilidade e reconhecimento da síndrome, inclusive as relações mais próximas – um reflexo direto do apagamento histórico da condição e da falta de diagnóstico formal, conforme denunciado pela Sociedade Brasileira de Reumatologia.

Sendo assim, a análise dos gráficos nos permite traçar um panorama multifacetado sobre os impactos sociais, diagnósticos e terapêuticos enfrentados por pessoas com fibromialgia. Os dados revelam importantes correlações com as dificuldades acadêmicas psicossociais discutidas por Brown (2020) e por autores da área da saúde. Em conjunto, os dados reforçam o que Brown (2020) descreve como a negociação constante da identidade acadêmica de pessoas com fibromialgia: há uma sobreposição de barreiras físicas, emocionais, sociais e institucionais que dificultam a permanência e o sucesso no ambiente educacional.

A seguir, aprofundaremos a discussão acerca da fibromialgia, explorando de forma mais detalhada a experiência das pessoas com o diagnóstico e as múltiplas formas pelas quais a condição interfere no cotidiano. Serão abordados aspectos subjetivos e objetivos relacionados ao impacto da síndrome na vida pessoal, acadêmica e social dos indivíduos, com base em relatos, dados coletados e referenciais teóricos que dialogam com a complexidade do viver com fibromialgia.

4.3 QUANDO A DOR GANHA NOME

Nesse tópico serão analisadas as respostas à pergunta presente no formulário da pesquisa:

- Como foi sua experiência ao receber o diagnóstico de fibromialgia?

Com base nas respostas coletadas das participantes, é possível perceber a multiplicidade de sentimentos e percepções associadas ao diagnóstico de fibromialgia, revelando tanto a complexidade do processo de descoberta da doença quanto os impactos subjetivos que ela produz. A análise dessas falas ganha densidade quando confrontada com a literatura científica sobre o tema, especialmente os estudos que exploram as dimensões emocionais, sociais e médicas envolvidas nesse percurso.

Orquídea, de 24 anos afirma “*Tranquilo, eu ainda tinha 11 anos, então me adaptei à doença*”. Isso nos mostra um aspecto singular: o contato precoce com a fibromialgia pode gerar um processo de naturalização dos sintomas, ainda que silencioso.

Nesse sentido, a literatura destaca que o diagnóstico precoce é incomum, dado que os sintomas são frequentemente confundidos com outras condições clínicas (Santos et al., 2020). O caso de Orquídea se contrapõe a maioria dos relatos, em que o diagnóstico é tardio, como indicam as falas de Violeta (24 anos) e Rosa (42 anos). Esta última menciona: “*Foi um pouco assustador, pois quando recebi o diagnóstico quase não tinham médicos especializados; foi em 2006*” (Rosa, 2025). Sua observação está em consonância com Provenza et. al (2004), ao destacarem que a ausência de protocolos claros e de formação médica adequada sobre a fibromialgia contribui para invisibilização e o subdiagnóstico da doença.

A expressão de Violeta (2025), que relata “*Demorei muitos anos para ser diagnosticada, quando foi constatado que de fato era esse o problema, me senti aliviada, por saber por que caminho seguir para minimizar minhas dores*” - é especialmente significativa. Isso porque reforça o que Santos et al. (2020) denominam de “diagnóstico como reconhecimento da dor”. Ao ser nomeada, a dor deixa de ser vaga ou invisível e passa a ser validada, tanto pela medicina quanto pelo entorno social. Esse sentimento ambíguo, entre “*alívio e tristeza*”, explicitado por Tulipa (2025), de 39 anos, também é apontada por Orozco et. al (2021), ao dramatizarem as narrativas de mulheres com fibromialgia, evidenciando como o diagnóstico representa uma solução - posto que ao nomear a dor, podemos encontrar um tratamento efetivo para ela - na mesma medida que apresenta um novo desafio, um novo enfrentamento.

Íris (44 anos) e Camélia (30 anos) traduzem, cada uma à sua maneira, o impacto emocional do diagnóstico e a confusão inicial diante da doença. Camélia (2025) relata: “*Não entendi por muitos anos, só sabia que tinha e era algo ruim*” - enquanto Íris (2025) expressa: “*Triste por saber que será um caminho longo a ser percorrido*”. Essas emoções são amplamente discutidas por Santos et al. (2006) que identificam uma forte correlação entre fibromialgia, depressão e queda na qualidade de vida. A incerteza sobre o futuro, aliada à dificuldade de reconhecimento social da dor, contribui para os sentimentos de angústia, medo e isolamento.

Por fim, a fala de Amarílis, 52 anos (2025) - “*Não sabia o que era essa doença*” revela uma lacuna significativa em termos de acesso à informação e consciência coletiva sobre a fibromialgia, o que reforça a importância de campanhas como a de 12 de maio, promovida pela Sociedade Brasileira de Reumatologia (2022), que busca ampliar o conhecimento público e combater o estigma que ainda envolve o diagnóstico.

Em conjunto, essas narrativas apontam para a necessidade de uma abordagem mais empática, multidisciplinar e informada por parte dos profissionais de saúde, além de políticas públicas voltadas à educação em saúde e ao acolhimento das pessoas com fibromialgia, especialmente em contextos como o ensino superior, onde os desafios se entrelaçam entre o desempenho acadêmico e o sofrimento crônico.

4.4 SINTOMAS E IMPACTOS NA VIDA ACADÊMICA

No meio do caminho

*No meio do caminho tinha uma pedra,
Tinha uma pedra no meio do caminho...*

(Andrade, 1973, p. 263)

Aqui, buscamos verificar os principais sintomas relatados pelas participantes e os impactos provocados pela fibromialgia em sua rotina acadêmica e em suas relações interpessoais. A análise foi guiada por um conjunto de perguntas presentes no formulário da pesquisa:

- Quais são os principais sintomas que você enfrenta no dia a dia em decorrência da fibromialgia?
- Há algum sintoma que você considere mais desafiador ou debilitante? Como ele impacta sua rotina de maneira geral? Você consegue identificar quais fatores os desencadeiam?
- Em qual horário sua dor costuma ser mais intensa e quanto você a classifica?
- Quais sintomas da fibromialgia interferem mais no seu desempenho acadêmico e em suas relações interpessoais?

As respostas das participantes revelam a complexidade e a multiplicidade de sintomas enfrentados em decorrência da fibromialgia, cujos impactos se estendem além do aspecto físico, afetando diariamente a vida acadêmica, a produtividade e as relações interpessoais. A sintomatologia descrita é variada, mas marcada por padrões recorrentes, como: dores musculoesqueléticas, fadiga intensa, distúrbios do sono, alterações cognitivas e comprometimentos emocionais.

Lírio (2025) relata: *“Dores fortes nos quadris, articulações, sono desregulado (insônia de madrugada e sono demais de dia), dificuldade de concentração, fadiga extrema. As dores variam de intensidade, mas são constantes. Estou sempre com dores”*. Sua fala sintetiza o padrão de constância e intensidade da dor descrito por outras participantes, como Íris (2025, que pontua *“Fadiga, dor e rigidez, constantes”*, e Violeta (2025), que complementa: *“Fadiga, sono não reparador e dor que muda de local. Elas variam, porém a fadiga é o mais constante”*.

Os sintomas gastrointestinais e cognitivos também são recorrentes. Orquídea (2025) menciona *“fadiga, desconforto intestinal, falta de memória, fraqueza muscular, dores no corpo”*. Já Rosa (2025) elenca um amplo espectro sintomático: *“dores no corpo topo, dor de cabeça, síndrome do intestino irritável, insônia, espasmos musculares, câibras abdominais, tonturas, depressão e ansiedade”*.

Quando questionadas sobre o sintoma mais desafiador, as participantes apontam a dor e a fadiga como os maiores limitadores da rotina. Camélia (2025) comenta: *“Dores intensas nas articulações das pernas até os dedos dos pés, na lombar, costela e trapézio. Sempre que estou vivenciando algum momento intenso”*. Essa associação entre estresse emocional e piora dos sintomas aparece também na fala de Orquídea (2025): *“A fadiga constante e a dor muscular [...] intensifica muito no final do período com a*

desorganização dos horários e dos prazos dos professores, que desencadeia um sentimento de ansiedade e estresse que agravam as dores”.

A dificuldade de manter uma rotina produtiva é reforçada por Violeta (2025), que alega: *“Quando faço qualquer atividade que exija um pouco mais do meu físico, no dia seguinte fico exausta. Isso faz com que seja difícil manter uma rotina produtiva”.* Esse ciclo de esforço seguido de exaustão intensa é uma das marcas debilitantes da fibromialgia, conforme destacado por Santos et. al (2006), que associam o desgaste físico e emocional à queda na qualidade de vida de pacientes com essa condição.

Quanto ao momento do dia em que a dor se apresenta com maior intensidade, houve predominância da manhã. No entanto, outras participantes relatam que a dor é desencadeada por fatores como permanência em determinadas posições ou esforços físicos, como Tulipa (2025) explica: *“Não tem horário. Se eu ficar muito tempo em pé ou sentada...”.*

No que se refere aos impactos acadêmicos e interpessoais, as dificuldades estão na manutenção da concentração, na limitação física para escrever e estudar e no agravamento do cansaço ao longo da rotina acadêmica. Lírio (2025) pontua que *“O sintoma do sono e a dificuldade de concentração”* são os fatores mais desafiadores. Camélia (2025), por outro, lado destaca: *“Não consigo escrever duas linhas, preciso parar e alongar a mão e o punho, e retornar a escrever”.* A fala de Orquídea (2025) também revela os desafios físicos: *“Fraqueza muscular nas mãos, me impedindo de concluir provas escritas”.*

Além disso, a sobrecarga emocional e os sintomas psicológicos agravam esse cenário, como relatado por Rosa (2025): *“O cansaço, as dores, fadiga, ansiedade”.* Por fim, a fala de Amarílis (2025) é especialmente marcante ao afirmar *“Já terminei o meu curso e não consigo fazer meu mestrado”.* Evidencia como os efeitos da fibromialgia limitam planos futuros.

Esses relatos convergem ao apontarem a fibromialgia como uma condição que afeta não apenas a saúde física e emocional, mas também a autonomia, o rendimento e a permanência de estudantes no ensino superior (Santos, et al. 2020; Orozco et al. 2021). O desafio, portanto, não está apenas no enfrentamento da dor, mas na tentativa contínua de manter-se funcional em um ambiente acadêmico que por vezes não oferece o suporte necessário para lidar com essas limitações.

4.5 RELAÇÕES COM O AMBIENTE ACADÊMICO

Para tecer as relações com o ambiente acadêmico, propomos a seguinte questão:

- Na sua experiência, a instituição de ensino oferece apoio ou adaptações que facilitem sua jornada acadêmica? Caso sim, quais foram os mais úteis?

Esta questão evidenciou um cenário predominantemente desafiador. A maioria das participantes relata a ausência de adaptações significativas ou suporte institucional suficiente, e quando há algum tipo de flexibilização, ela é pontual, individualizada e, muitas vezes, ineficaz, diante das demandas do curso e das limitações impostas pela condição.

Lírio (2025) apresenta um relato contundente sobre a falta de infraestrutura e de sensibilidade institucional

“No meu bloco, pelo menos, não temos nas salas cadeiras almofadadas, que possibilitem maior conforto. As aulas na sua maioria são nos andares acima do primeiro, tendo que subir escadas. E certas atividades extraclasse [...] são passadas igualmente pelos professores aos alunos, sem uma observância das particularidades de saúde, como é o nosso caso, dos fibromiálgicos”.

Sua fala revela não apenas a falta de adaptações físicas, mas também a ausência de uma cultura institucional inclusiva que reconheça as especificidades dos estudantes com doenças crônicas. Essa realidade está em consonância com Orozco et al. (2021), que evidenciam como a dor vivida por pessoas com fibromialgia muitas vezes permanece invisibilizada nos espaços sociais e educacionais.

Outras participantes apontam que a pressão por produtividade e o volume excessivo de tarefas acadêmicas funcionam como agravantes do quadro clínico. Orquídea (2025) relata: *“Piora a ansiedade e a fadiga, que pode desencadear dores e crises da doença, como já me aconteceu de travar a coluna e ficar sem me mexer ou respirar nos períodos de muita pressão da universidade”*. Já Camélia (2025) afirma: *“A universidade exige uma alta demanda de atividades que, para quem tem outras responsabilidades, proporciona ansiedade e afins, causando dores intensas”*. Essas manifestações reforçam a relação entre estresse acadêmico e o agravamento dos sintomas da fibromialgia.

O incômodo físico causado pela permanência prolongada em sala de aula também é mencionado. Tulipa (2025) observa: *“Pois, ficar muito tempo sentada incomoda bastante...e com as dores fica impossível se concentrar”*. Esse relato evidencia a importância de adaptações ergonômicas e de flexibilização nos métodos de avaliação e participação, conforme recomendado por entidades como a Sociedade Brasileira de Reumatologia (2022), que destaca a necessidade de ambientes mais acessíveis e humanizados para pacientes com a doença.

A falta de apoio institucional também aparece na fala de Íris (2025), que conta um caso específico de insensibilidade docente: *“Um professor pediu 30 laudas manuscritas de um fichamento e foi terrível”*. Exigências como essa ignoram as limitações físicas que envolvem dor muscular e fadiga, especialmente em membros superiores, e expõem o despreparo de parte do corpo docente para lidar com estudantes em condições de vulnerabilidade clínica.

Em contrapartida, Violeta (2025), estudante de uma das instituições particulares, relata uma experiência mais positiva: *“Não sinto isso na minha universidade, pois meus horários são bem tranquilos, tenho conseguido conciliar bem”*. Sua fala, embora seja uma exceção entre os demais depoimentos, aponta para a importância de uma carga horária mais flexível e compatível com a condição de saúde do estudante. Já Amarílis (2025), ao afirmar *“meu curso (antropologia) foi muito puxado, intenso. A carga de leitura foi muito grande”*, reforça que, mesmo nos cursos com menor carga física, a exigência intelectual e o volume de leitura podem representar um obstáculo significativo para quem lida com fadiga crônica e dificuldades de concentração, sintomas amplamente relatados neste estudo.

Com base nessas percepções, é possível afirmar que, embora existam exceções pontuais, as instituições de ensino ainda falham em oferecer suporte sistemático e efetivo aos estudantes com fibromialgia. O reconhecimento das limitações físicas, cognitivas e emocionais impostas pela doença deve ser acompanhado de políticas institucionais de inclusão que envolvam desde adaptações pedagógicas até melhorias na infraestrutura e formação docente. Como discutido por Santos et al. (2020), o diagnóstico de fibromialgia, por si só, não garante acesso a direitos, é preciso que a dor seja legitimada no cotidiano acadêmico, por meio de escuta sensível e ações concretas de acolhimento e apoio.

A seguir, iremos discutir estratégias de enfrentamento adotadas pelas participantes diante dos desafios impostos pela síndrome fibromiálgica, bem como suas

percepções sobre o papel que a universidade poderia desempenhar no apoio à permanência e ao sucesso acadêmico.

4.6 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO SUPORTE AOS ESTUDANTES COM FIBROMIALGIA

As respostas à pergunta:

- Que tipo de apoio ou estratégia pedagógica você acredita que seria mais eficaz para o seu sucesso acadêmico, considerando suas limitações e necessidades específicas?

Revelam um panorama rico e sensível das carências enfrentadas por estudantes com fibromialgia no ensino superior, bem como apontam caminhos possíveis para tornar esse ambiente mais inclusivo, empático e acessível.

Em primeiro lugar, nota-se que muitas das sugestões das participantes envolvem o fortalecimento de uma rede de apoio multidisciplinar, com ênfase no acesso a tratamentos de saúde dentro da própria instituição. Lírio (2025) sugere o “*oferecimento de fisioterapia e tratamento psicológico*”, proposta também endossada por Amarílis (2025), que destaca a importância de “*ter psicólogo*” disponível. Camélia (2025) amplia essa perspectiva ao ressaltar que a instituição, no caso, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), já possui estrutura hospitalar, mas a dificuldade de acesso limita o atendimento: “*o tratamento é caro e precisamos sempre nos deslocar para longe da universidade para obter tratamento [...] tudo é muito difícil e às vezes nem tem [especialistas], pela alta demanda*”. Essa fala revela uma crítica importante à gestão institucional, que, embora tenha recursos, falha em garanti-los com regularidade e acessibilidade.

Outro ponto recorrente nas respostas é a necessidade de maior sensibilidade e preparo docente para lidar com estudantes que vivem com a doença. Orquídea (2025) pontua que “*a compreensão dos professores com a condição*” faz diferença, especialmente quando eles têm familiaridade com a doença, o que os torna mais flexíveis. Lírio (2025) complementa essa necessidade ao propor “*esclarecimento aos professores sobre a doença*”. Tais posicionamentos ecoam mais uma vez o que Santos et al. (2020) chamam de reconhecimento da dor como parte do processo de inclusão,

destacando que o desconhecimento por parte dos educadores é um dos principais entraves ao suporte afetivo.

Demandas por adaptações pedagógicas e estruturais também aparecem. Tulipa (2025) propõe a “*ampliação de prazos para entrega de atividades*”, medida que já é reconhecida como boa prática em políticas de inclusão acadêmica. Já Íris (2025) sugere uma alternativa logística: “*fazer algumas atividades de casa para não ter que pegar ônibus, que é uma das coisas que mais incomodam meu corpo*”. Essa fala evidencia que o deslocamento até a universidade, muitas vezes negligenciado nos planejamentos institucionais, pode ser um fator agravante para quem vive com dor crônica e fadiga, sintomas frequentemente relatados aqui e amplamente discutidos na literatura (Macedo et al. 2024; Guzmán-Silahua et al. 2018).

Além disso, Violeta (2025) propõe estratégias pedagógicas concretas e viáveis, como “*cronograma de aulas disponibilizado previamente, assim como aulas gravadas para quando tiver crises*”. Essa sugestão alinha-se com práticas inclusivas de ensino remoto e híbrido, que ampliam o acesso ao conteúdo sem comprometer o aprendizado. A previsibilidade e a flexibilidade mencionadas por Violeta são elementos fundamentais para quem vive no ambiente acadêmico, como mostra Brown (2020), ao discutir os impactos da fibromialgia sobre a construção da identidade acadêmica.

Por fim, Lírio (2025) reforça a importância da acessibilidade física, propondo “*cadeiras acolchoadas*” e “*estrutura mais confortável nas salas de aula*”. Essa fala ecoa as discussões sobre barreiras arquitetônicas e ergonômicas que ainda persistem nas universidades.

Portanto, as estratégias apontadas pelas participantes reforçam que o sucesso acadêmico de estudantes com fibromialgia depende de uma abordagem integrada, que una ações pedagógicas flexíveis, suporte psicológico, adequações estruturais e, sobretudo, uma mudança de cultura institucional. Reconhecer essas necessidades não é apenas um gesto de empatia, mas uma exigência legal e ética, conforme estabelecido pela legislação nacional e pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, Decreto nº 6.949/2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou lançar luz sobre uma realidade muitas vezes silenciada: a vivência de estudantes universitários diagnosticados com fibromialgia e os impactos

dessa condição crônica sobre o desempenho acadêmico. Ao longo da pesquisa, constatou-se que os efeitos da síndrome extrapolam a esfera física, afetando profundamente dimensões emocionais, cognitivas e sociais da vida universitária.

A partir dos relatos sensíveis e potentes das participantes, ficou evidente que as dores ultrapassam o corpo: materializam-se também na invisibilidade desses sujeitos nos espaços institucionais. Como descreveu Tulipa (2025): “Ficar muito tempo sentada incomoda bastante... e com as dores fica impossível se concentrar”. Falas como essa revelam que a fibromialgia não é apenas uma condição médica, mas também social, marcada por barreiras físicas, simbólicas e estruturais que comprometem a permanência e o sucesso acadêmico dessas pessoas.

Conforme discute Brown (2020), a construção da identidade acadêmica sob a influência da fibromialgia é atravessada por sentimentos de inadequação, frustração e resistência. Esses sentimentos emergem diante de um modelo universitário que ainda se sustenta em ideias de produtividade, alto desempenho e meritocracia — ignorando as singularidades de estudantes com condições crônicas ou debilitantes. Nesse cenário, a universidade apresenta-se, paradoxalmente, como espaço de formação e de exclusão. A ausência de suporte institucional contínuo, o despreparo docente para lidar com demandas específicas, a escassez de serviços de saúde e a rigidez curricular intensificam o sofrimento vivido pelos estudantes.

É preciso também romper com a lógica meritocrática que ainda impera no meio acadêmico, a qual associa excelência acadêmica à capacidade de resistir à exaustão. Essa perspectiva desumaniza os processos formativos e ignora a diversidade dos corpos e experiências que compõem o espaço universitário. A construção do conhecimento só pode ser plena quando todos os sujeitos têm condições reais de participação, respeitando suas singularidades e limitações.

Desse modo, compreende-se que a fibromialgia no ensino superior representa mais do que uma condição clínica a ser gerida: ela escancara as contradições de um modelo acadêmico ainda pautado na supervalorização da alta performance e na negligência às implicações das condições crônicas na trajetória formativa dos estudantes. Para quem convive com essa síndrome, o desafio é duplo — lidar com as dores físicas e emocionais impostas pela doença, e enfrentar um sistema que ainda naturaliza a sobrecarga e o sofrimento como partes inquestionáveis do processo educativo.

Se a universidade deseja verdadeiramente assumir um compromisso com a inclusão, ela precisa abandonar práticas excludentes, reconhecer a pluralidade de seus sujeitos e reformular suas concepções sobre êxito acadêmico. O sucesso na vida universitária não pode ser construído à custa da saúde física e mental dos estudantes. Até que isso se torne realidade, a vivência universitária para pessoas com fibromialgia seguirá sendo um embate cotidiano entre a sede por conhecimento e a resistência ao colapso.

Frente a essas constatações, torna-se urgente que o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB — instância já existente e ativa — seja amplamente divulgado nos espaços institucionais como forma de garantir o acesso às políticas de inclusão já implementadas. O desconhecimento sobre o funcionamento e os serviços prestados pelo CIA limita a efetividade das ações integrativas e impede que muitos estudantes com fibromialgia — e com outras condições crônicas — possam acessar os recursos de apoio disponíveis. A divulgação e valorização desse comitê não só fortalece os vínculos institucionais, como também representa uma estratégia concreta para evitar o abandono dos cursos por parte de estudantes em situação de vulnerabilidade.

As falas das participantes desta pesquisa também indicam caminhos possíveis de transformação. Entre as sugestões levantadas estão: flexibilização de prazos e avaliações, disponibilização de aulas gravadas, atendimento psicológico institucional, adaptações ergonômicas e, sobretudo, escuta e empatia docente. Essas propostas não apenas evidenciam um desejo legítimo por equidade, como também encontram respaldo legal, especialmente na Lei Estadual nº 13.265/2024, que equipara os direitos das pessoas com fibromialgia aos das pessoas com deficiência no Estado da Paraíba — reconhecimento que começa a se expandir por outros estados brasileiros.

O reconhecimento da fibromialgia como deficiência, conforme discutido à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), é um passo fundamental para garantir o acesso a políticas públicas de inclusão e suporte institucional. Afinal, como aponta a própria convenção, a deficiência não reside apenas nas limitações do corpo, mas na relação entre o sujeito e as barreiras impostas pelo meio.

Esta pesquisa, portanto, se propôs a ser mais que uma análise acadêmica: ela constitui também um gesto político de reivindicação e escuta. Conhecer, reconhecer e acolher a dor alheia é, em essência, um ato de justiça social. E, embora os passos dados aqui possam parecer pequenos frente à magnitude dos desafios, não são insignificantes.

Cada relato ouvido, cada linha escrita e cada dado analisado compõe uma gota no vasto oceano da transformação institucional.

Que esta gota reverbere. Que outras vozes se somem a esta. Que a universidade, enfim, se transforme num mar de possibilidades, onde todos possam navegar — mesmo aqueles cujos passos, por vezes, são interrompidos pela dor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **No meio do caminho**. In: Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973. p. 263.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA (ALPB). **Agora é lei: portadores de fibromialgia têm os mesmos direitos que pessoas com deficiência**. ALPB, 28 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.al.pb.leg.br/55046/agora-e-lei-portadores-de-fibromialgia-tem-os-mesmos-direitos-que-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BEZERRA, A. B.; PEREIRA SANTOS, L. M.; ALVES DE FRANÇA, T. Relação entre a fibromialgia e as disfunções temporomandibulares em mulheres. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 4433–4440, 2024. DOI: 10.16891/2317-434X.v12.e3.a2024.pp4433-4440. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/1938>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

BRASIL. Assembleia Legislativa da Paraíba. **Lei n.º 13.265, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a equiparação dos direitos das pessoas com fibromialgia aos das pessoas com deficiência no estado da Paraíba. Disponível em: <https://al.pb.leg.br/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 14.705, de 25 de outubro de 2023**. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-10-25;14705>. Acesso em: 2 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BROWN, N. **The'I'in Fibromyalgia: The Construction of Academic Identity Under the Influence of Fibromyalgia**. 2020. Tese de Doutorado. University of Kent.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). **Regulamentação da lei de inclusão do símbolo da fibromialgia reconhece os direitos dos pacientes que vivem com a doença.** CONASS, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.conass.org.br/regulamentacao-da-lei-de-inclusao-do-simbolo-da-fibromialgia-reconhece-os-direitos-dos-pacientes-que-vivem-com-a-doenca/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

CONSOLI, G. et al. The impact of mood, anxiety, and sleep disorders on fibromyalgia. **Comprehensive Psychiatry**, v. 53, n. 7, p. 962–967, 2012.

FICMAN, Dan. **This Is Us**. Direção de Glenn Ficarra, John Requa. Temporada 1, episódio 1: "Pilot". Estados Unidos: NBC, 2016. 1 episódio (45 min).

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCISCONI, A. L. T. Portador de fibromialgia e seus direitos previdenciários. JusBrasil, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/portador-de-fibromialgia-e-seus-direitos-previdenciarios/155146049>. Acesso em: 2 mar. 2025.

FREITAS, R. P et al. Impacto do apoio social sobre os sintomas de mulheres brasileiras com fibromialgia. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 57, n. 3, p. 197–203, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2017.

GUZMÁN-SILAHUA. S et al. Fibromialgia. **El Residente**, 13, p. 62-67. Disponível em: <https://medigraphic.com/pdfs/residente/rr-2018/rr182d.pdf>. Acesso em: 01 de março de 2025.

HENRIQUE, C. **Reconhecimento da fibromialgia como deficiência nos estados brasileiros: avanços legislativos e impactos sociais**. JusBrasil, julho de 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/reconhecimento-da-fibromialgia-como-deficiencia-nos-estados-brasileiros-avancos-legislativos-e-impactos-sociais/2560592437>. Acesso em: 2 mar. 2025.

LORENA, Suélem Barros de; PIMENTEL, Eduardo Augusto dos Santos; FERNANDES, Vanessa Medeiros; PEDROSA, Márcio Botelho; RANZOLIN, Aline; DUARTE, Angela Luzia Branco Pinto. Evaluation of pain and quality of life of fibromyalgia patients: avaliação de dor e qualidade de vida de pacientes com fibromialgia. **Revista Dor**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 8-11, jan. 2016. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/1806-0013.20160003>.

MACEDO, B. S. V. .; GADELHA, C. S. .; GALVÃO, J. G. F. M. .; COUTINHO, V. E. A. . Clinical history of fibromyalgia: Importance of pain assessment in diagnosis and the impact on patients' quality of life. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. e3113445488, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45488>. Acesso em: 1 de março 2025.

MARQUES, Amelia Pasqual et al. Prevalence of fibromyalgia: literature review update. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 57, n. 4, p. 356-363, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10**. 10. ed. Genebra: OMS, 1993. Disponível em: <https://www.who.int/classifications/icd/en/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

OROZCO, Any Luz et al. Por uma dramaturgia da dor: tecido blando—uma peça criada a partir de narrativas de mulheres com experiência de fibromialgia. 2021.

PROVENZA, J. R. et al. Fibromialgia. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 44, n. 6, p. 443–449, nov. 2004.

SANTOS, A. M. B. et al. Depressão e qualidade de vida em pacientes com fibromialgia. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 10, n. 3, p. 317–324, set. 2006.

SANTOS, C. C. da P. et al. Fibromialgia: o diagnóstico como reconhecimento da dor. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA (SBR). *12 de maio é o Dia Nacional de Conscientização da Fibromialgia*. **Sociedade Brasileira de Reumatologia**, 10 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.reumatologia.org.br/noticias/12-de-maio-e-o-dia-nacional-de-conscientizacao-a-fibromialgia/>. Acesso em: 2 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução n.º 34/2013**. Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB. João Pessoa: UFPB, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução n.º 09/2016**. Aprova o Regimento Interno do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 37/2021**. Altera a Resolução CONSEPE n.º 29/2020 nos artigos que dispõem sobre os discentes com deficiência na graduação. João Pessoa: UFPB, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução n.º 29, de 16 de dezembro de 2020**. Disponível em: https://www.ufpb.br/dgeoc/contents/documentos/RESOLUCAO_29_2020.pdf. Acesso em: 2 mar. 2025.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá. Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil. 2016.

APÊNDICES

FORMULÁRIO “IMPACTOS DA FIBROMIALGIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR”

Impactos da Fibromialgia no Desempenho Acadêmico de Estudantes do Ensino Superior

Prezada(o), você está sendo convidada(o) a participar de uma pesquisa científica. Antes de aceitar, pedimos que leia este documento com atenção e, caso tenha dúvidas, entre em contato com a pesquisadora responsável para esclarecimentos. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tem como objetivo explicar os detalhes do estudo e solicitar sua permissão para participar. A pesquisa busca analisar os principais desafios enfrentados por estudantes do ensino superior diagnosticados com fibromialgia, oferecendo uma análise fundamentada sobre os impactos dessa condição na vida acadêmica e propondo estratégias que promovam inclusão e sucesso acadêmico. Se você aceitar participar, precisará responder a um questionário anônimo, disponível online, com duração aproximada de 30 minutos. Sua participação é voluntária, e você poderá interrompê-la ou desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Poderemos entrar em contato posteriormente para esclarecimentos adicionais, se necessário. Embora os riscos sejam mínimos, pode haver desconfortos relacionados à reflexão sobre os desafios enfrentados devido à fibromialgia, como sensibilidade emocional ou ansiedade. Medidas serão tomadas para minimizar qualquer desconforto, e estamos disponíveis para oferecer suporte. Ressaltamos que, apesar das medidas rigorosas de segurança, existe o risco remoto de quebra de sigilo dos dados, inerente a qualquer pesquisa.

Participar desta pesquisa pode contribuir para o entendimento dos desafios enfrentados por estudantes com fibromialgia e ajudar no desenvolvimento de estratégias pedagógicas que favoreçam sua inclusão e sucesso acadêmico. Salientamos novamente que sua participação é completamente voluntária e não obrigatória. Caso decida não participar ou retirar seu consentimento durante o estudo, isso não acarretará nenhum prejuízo ao vínculo institucional atual ou futuro com a instituição. Não haverá custos ou pagamentos envolvidos em sua participação. Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em eventos acadêmicos e publicados em revistas científicas nacionais e internacionais, preservando sempre o anonimato dos participantes. Agradecemos sua atenção e colaboração.

Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Rhafaela Castelo Branco Cirilo Carvalho, pelo telefone (83) 99812-2232 ou pelo e-mail rhafaela.carvalho@academico.ufpb.br.

rhafaela.carvalho@academico.ufpb.br [Mudar de conta](#)



Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

Declaração de Consentimento *

Concordo em participar do estudo intitulado: Impactos da Fibromialgia no Desempenho Acadêmico de Estudantes do Ensino Superior.

- Sim
- Não

Como você gostaria de ser identificado(a) na pesquisa? *

(Nome, iniciais ou pseudônimo, se preferir)

Sua resposta _____

Qual sua idade? *

Sua resposta _____

Com qual identidade de gênero você se identifica? *

- Feminino
- Masculino
- Não-binário
- Prefiro não responder
- Outro: _____

Qual é o seu curso de graduação? Essa é sua primeira formação? *

Sua resposta _____

Em qual universidade você estuda? *

Sua resposta _____

Qual a sua faixa de renda familiar mensal? *

- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos
- Prefiro não responder

Há quanto tempo você recebeu o diagnóstico de fibromialgia? *

- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- Mais de 5 anos

Você faz algum tratamento para fibromialgia? Se sim, quais? Seu acompanhamento é realizado por plano de saúde ou pelo SUS? *

Sua resposta _____

Você tem outras questões de saúde diagnosticadas. Se sim, quais? *

Sua resposta _____

Há casos de fibromialgia na sua família? *

Sua resposta _____

Como foi sua experiência ao receber o diagnóstico de fibromialgia? *

Sua resposta _____

Quais são os principais sintomas que você enfrenta no dia a dia em decorrência da fibromialgia? Eles se manifestam de forma constante ou variam de intensidade? *

Sua resposta _____

Há algum sintoma que você considere mais desafiador ou debilitante? Como ele impacta na sua rotina de maneira geral? Você consegue identificar o que o desencadeia ou o intensifica? Se sim, quais são esses fatores? *

Sua resposta _____

Qual horário do dia sua dor costuma ser mais intensa e como você a classificaria na maior parte do tempo? *

(Classificar a escala de dor de 0 a 10)

Sua resposta _____

Quais sintomas da fibromialgia interferem mais no seu desempenho acadêmico e em suas relações interpessoais? *

Sua resposta

Você sente que as exigências do ambiente universitário agravam os sintomas da fibromialgia? Caso sim, pode descrever alguma situação específica? *

Sua resposta

Na sua experiência, a instituição de ensino oferece apoio ou adaptações que facilitem sua jornada acadêmica? Caso sim, quais foram os mais úteis? *

Sua resposta

Que tipo de apoio ou estratégia pedagógica você acredita que seria mais eficaz para promover o seu sucesso acadêmico, considerando suas limitações e necessidades específicas? *

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

ANEXOS

Figura 1 – Estados brasileiros que reconhecem a Fibromialgia como deficiência.

19 Estados do Brasil reconhecem a **FIBROMIALGIA** como uma Deficiência

- Acre - Lei nº 4.174/2023
- Alagoas - Lei nº 8.460/2021
- Amapá - Lei nº 2.889/2023
- Amazonas - Lei nº 6.568/2023
- Bahia - Lei nº 14.886/2025
- Distrito Federal - Lei nº 7.336/2023
- Espírito Santo - Lei nº 12.086/2024
- Maranhão - Lei nº 11.543/2021
- Mato Grosso - Lei nº 11.554/2021
- Minas Gerais - Lei nº 24.508/2023
- Paraíba - Lei nº 13.265/2024
- Paraná - Lei nº 22.278/2024
- Rio Grande do Norte - Lei nº 11.122/2022
- Rio Grande do Sul - Lei nº 16.127/2024
- Rondônia - Lei nº 5.541/2023
- Roraima - Lei nº 1.922/2024
- Santa Catarina - Lei nº 18.928/2024
- Sergipe - Lei nº 9.293/2023
- Tocantins - Lei nº 4.439/2024



 **Compartilhe!**

Fonte: @fibromialgiadorcronica. Instagram: https://www.instagram.com/p/DIoB4j_xJHM/. Acesso em: 22 abr. 2025.